

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AISLAN ADRIANO SCHEREIBER SALMIM
LAÍS DE SOUZA LAZARO
LARISSA SAYURI SASAZIMA

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA
GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

MARÍLIA
2015

AISLAN ADRIANO SCHEREIBER SALMIM
LAÍS DE SOUZA LAZARO
LARISSA SAYURI SASAZIMA

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA
GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof^a. Marlene de Fátima Campos Souza.

MARÍLIA
2015

Salmim, Aislan Adriano Schreiber. Lazaro. Laís de Souza. Sasazima, Larissa Sayuri.

A importância do sistema de informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas / Aislan Adriano Schreiber Salmim; Laís de Souza Lazaro; Larissa Sayuri Sasazima; Orientadora: Prof^ª Marlene de Fátima Campos Souza. Marília, SP: [s.n.], 2015.

76 f.

Trabalho de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis da Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2015.

1. Sistema de informação contábil. 2. Gestão. 3. Estudo de caso.

CDD: 657.40681



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM

Curso de Ciências Contábeis.

Aislan Adriano Schreiber Salmim - 44563-0

Larissa Sayuri Sasazima - 52196-5


Lais de Souza Lazaro - 47000-7

TÍTULO "A Importância do Sistema de Informação Contábil na Gestão de Micro e Pequenas Empresas. "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Contábeis da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Nota: 10,0 (DEZ)

ORIENTADOR: _____


Marlene de Fatima Campos Souza

1º EXAMINADOR: _____


Silvana Festa Sabes

2º EXAMINADOR: _____


Luis Fernando Manfrim

Marília, 09 de dezembro de 2015.

Dedicamos este projeto primeiramente a Deus, por nos capacitar e criar oportunidades para aprimorarmos nossos conhecimentos.

Aos nossos familiares por estarem sempre conosco, apoiando e incentivando em nossa busca por conhecimento.

A nossa orientadora Prof^a. Marlene que nos auxiliou da melhor maneira para o desenvolvimento deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os professores, por compartilharem seus conhecimentos conosco, permitindo assim, que nos tornemos profissionais contábeis aptos e capazes de colaborar para o constante aprimoramento da ciência social aplicada que é a contabilidade.

A nossos familiares e amigos, que nos apoiaram neste projeto e por nos incentivar de forma carinhosa quando pensávamos em desistir.

"A curiosidade é um impulso para aprender."

Maria Montessori

SALMIM, Aislán Adriano S. LAZARO, Laís de Souza. SASAZIMA, Larissa Sayuri. **A importância do sistema de informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas.** 2015. 00 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2015.

RESUMO

A presente monografia tem como objeto de estudo “a importância do sistema de informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas”, verificando por meio do estudo de caso como as micro e pequenas empresas tem utilizado a informação contábil como diferencial para uma boa gestão na região da cidade de Marília-SP. O objetivo deste projeto é analisar os dados colhidos durante o estudo de caso e aprofundar o tema tratado evidenciando o impacto do sistema de informação contábil para uma boa gestão, independente do porte da empresa, e a geração de valor quando utiliza deste recurso como diferencial em sua gestão.

Palavras-chave: Sistema de informação contábil. Gestão. Estudo de caso.

SALMIM, Aislan Adriano S. LAZARO, Laís de Souza. SASAZIMA, Larissa Sayuri. **A importância do sistema de informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas.** 2015. 00 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2015.

ABSTRACT

This monograph has as its object of study "the importance of accounting information system in micro and small business management," checking through the case study as micro and small companies have used the accounting information as a differential to good management in area of the city of Marília-SP. The objective of this project is to analyze the data collected during the case study and deepen the treated topic emphasizing the impact of accounting information system for proper management, regardless of company size, and the generation of value when you use this feature as differential its management.

Keywords: System of accounting information. Management. Case study.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1– O Sistema	19
Figura 1.2– A empresa como um Sistema Aberto	20
Figura 1.3 – Geração de Dados	22
Figura 1.4 – Componente do Sistema de Informação.....	24
Figura 1.5 – Tipos de Sistema de Informação.....	25
Figura 2.1 – Micro e pequenas empresas na economia brasileira	43
Figura 3.1 – Organograma da empresa pesquisada	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Modelo de Balanço Patrimonial	31
Quadro 1.2 – Modelo de Demonstração do Resultado do Exercício	32
Quadro 1.3 – Modelo de Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	33
Quadro 1.4 – Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	33
Quadro 1.5 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa	34
Quadro 1.6 – Modelo de Demonstração DO Valor Adicionado – Empresas em geral	35
Quadro 1.7 – Comparativo entre Lei nº 6.404 e Lei nº 11.638	38
Quadro 1.8 – Comparativo entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial	40
Quadro 2.1 – Avaliação de Estoque.....	48
Quadro 3.1 – Controle de Estoque pelo Método Peps.....	58
Quadro 3.2 – Balanço Patrimonial ATIVO da empresa pesquisada – exercício 2014.....	60
Quadro 3.3 – Balanço Patrimonial PASSIVO da empresa pesquisada – exercício 2014.....	61
Quadro 3.4 – Parte 1 - DRE da empresa pesquisada – exercício 2014.....	62
Quadro 3.5 – Parte 2 - DRE da empresa pesquisada – exercício 2014.....	63
Quadro 3.6 – Parte 3 - DRE da empresa pesquisada – exercício 2014.....	64
Quadro 3.7 – DFC da empresa pesquisada – exercício 2014.....	64
Quadro 3.8 – Análise das demonstrações contábeis - Liquidez.....	65
Quadro 3.9 – Análise das demonstrações contábeis - Endividamento.....	66
Quadro 3.10 – Análise das demonstrações contábeis - Solvência.....	66
Quadro 3.11 – Análise das demonstrações contábeis - Estrutura.....	66
Quadro 3.12 – Análise das demonstrações contábeis - Rentabilidade.....	67
Quadro 3.13 – Análise das demonstrações contábeis - Rotatividade.....	68
Quadro 3.14 – Análise das demonstrações contábeis - Ciclo Operacional.....	68
Quadro 3.15 – Análise das demonstrações contábeis – Ciclo Financeiro.....	69
Quadro 3.16 – Análise das demonstrações contábeis – Capacidade gerar caixa.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC: Ativo Circulante

BP: Balanço Patrimonial

C/C: Conta Corrente

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CG: Custo Geral

CO: Ciclo Operacional

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CPV: Custo do Produto Vendido

CRC: Conselho Regional de Contabilidade

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

DFC: Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA: Demonstração de Lucro ou Prejuízo Acumulado

DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR: Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DRA: Demonstração do Resultado Abrangente

DRE: Demonstração do Resultado do Exercício

DVA: Demonstração de Valor Adicionado

EPP: Empresa de Pequeno Porte

ERP: Enterprise Resource Planning

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GA: Giro do Ativo

GE: Grau de Endividamento

GS: Grau de Solvência

IAS: Normas Internacionais de Contabilidade

IBRACON: Instituto Brasileiro de Auditores Independentes

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICPN: Índice de Confiança dos Pequenos Negócios

IOF: Imposto sobre Operações de Crédito

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

IPL: Imobilizado do Patrimônio Líquido

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

ITG: Interpretação Técnica Geral

IFRS: International Financial Reporting Standards

LC: Liquidez Corrente

LG: Liquidez Geral

LI: Liquidez Imediata

LS: Liquidez Seca

ME: Micro Empresa

ML: Margem Líquida

MO: Mão de Obra

MP: Matéria Prima

MPE: Micro e Pequenas Empresas

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NBC: Norma Brasileira de Contabilidade

PC: Passivo Circulante

PCT: Participação de Capital de Terceiros

PEPS: Primeiro que Entra, Primeiro que Sai

PIB: Produto Interno Bruto

PIS: Programa de Integração Social

PMPC: Prazo Médio Pagamento de Compras

PMRE: Prazo Médio Renovação de Estoque

PMRV: Prazo Médio Recebimento de Venda

SA: Sociedade Anônima

SI: Sistema de Informação

SIC: Sistema de Informação Contábil

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

RLP: Realizável a Longo Prazo

RSA: Retorno sobre o Ativo

RSPL: Retorno sobre o Patrimônio Líquido

TI: Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos Gerais.....	15
1.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 Problema	16
1.4 Justificativa	16
1.5 Metodologia	16
1.6 Estrutura do Trabalho.....	16
CAPÍTULO 1 – TEORIA DOS SISTEMAS	17
1.1 Teoria dos Sistemas - Conceito.....	17
1.1.1 Sistema Empresa	18
1.2 O Sistema de Informação nas Organizações	20
1.2.1 Os Tipos de Sistema de Informação.....	24
1.2.1.1 Sistema de Apoio às Operações	25
1.2.1.2 Sistema de Apoio Gerencial.....	26
1.3 O Sistema de Informação Contábil	27
1.3.1 A Informação Contábil.....	27
1.3.1.1 Contabilidade Financeira.....	36
1.3.1.2 Contabilidade Gerencial.....	38
1.3.1.3 Contabilidade Financeira <i>versus</i> Contabilidade Gerencial.....	38
CAPÍTULO 2 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO	40
2.1 O papel do Profissional da Contabilidade na Gestão Empresarial	40
2.2 Micro e Pequenas Empresas.....	42
2.3 ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.....	45
2.4 Ferramentas para Gerenciamento de Informações	48
2.5 A Importância do Investimento em tecnologia da informação	49
2.6 Utilização da Ferramenta ERP como suporte ao SIC.....	52
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO	54
3.1 Estudo de Caso - Conceito	54
3.2 Descrição da Empresa	54
3.3 Abrangência da Pesquisa.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

No mundo dos negócios é constante o aprimoramento da tecnologia de informação, que resulte na praticidade de gerenciamento das informações registradas pelas empresas, e que proporcione aos gestores informações cada vez mais significativas para tomada de decisões que possa ser crucial para o futuro da empresa.

Diante deste cenário cada vez mais competitivo e dinâmico, destacam-se no mercado a organização que souber aplicar da melhor forma os recursos do Sistema de Informação, que seja responsável por agilizar o fluxo de informações para atender ao sistema empresa, responsável, também, por captar no ambiente externo recursos brutos que serão processados e transformados para atender ao mercado.

Definidos a importância do sistema de informação e o sistema empresa, destacaremos a importância da obtenção de “dados” suficientes (elementos identificados em sua forma bruta), para aplicação na tomada de decisões que serão capazes de retornar para o mercado de forma a atingir os objetivos desejados.

Nesse sentido, surge então a necessidade de contar com um gerenciamento adequado de seus recursos, dados e procedimentos que poderão ser informatizados, utilizando uma ferramenta conhecida como “ERP” (*Enterprise Resource Planning*), apontada como a ferramenta mais utilizada no âmbito de sistema de informação e sendo um dos caminhos mais utilizados para realizar a função de processamentos de dados, sendo conhecida como um “Sistema de Gestão Empresarial”, esta ferramenta trabalha de forma integrada, tornando a captação de dados mais eficientes.

Por outro lado, percebemos a necessidade desta ferramenta ser alimentada pelos usuários, o que nos demonstra que esta opção pode ser vulnerável e sujeita a equívocos na tomada de decisões dos gestores, isto se não forem tomadas as devidas precauções com a utilização de recursos da auditoria para que, então, possam ser processadas as informações que alimentam o sistema.

Tendo um controle das informações que estão alimentando o banco de dados do ERP o processamento de dados poderá ser de acordo com a necessidade de cada setor de uma organização, entre os setores destaca-se a contabilidade. Responsável por elaborar as Demonstrações Contábeis conforme CPC 26 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) este setor está dotado de informações capazes de cientificar os gestores da capacidade e posicionamento econômico da organização e com a utilização do ERP excluiu-se a necessidade de esperar todo um processo de fechamento contábil para se obter as informações

que precisa. Com o ERP o processamento de dados é simultâneo no momento em que ocorre um evento na organização, por exemplo: em uma compra de matéria prima assim que lançado a nota fiscal pelo departamento de recebimento de mercadoria, o sistema já irá reconhecer um lançamento de estoque de matéria prima e uma obrigação com o fornecedor. A partir do ERP podemos então obter todas as informações para uma tomada de decisão sempre que necessário, poderemos gerar qualquer tipo de informação do SIC (Sistema de Informação Contábil) com informações reais do exato momento em que for processado as informações requeridas para a tomada de decisões.

No mundo dos negócios tudo gira em torno de informações e uma organização desinformada e sem as ferramentas necessárias para obter informações, estará sem as armaduras necessárias para se manter no mercado. Tanto para os contadores quanto para os gestores de empresas o SIC é crucial para sobrevivência e crescimento de um empreendimento e o investimento em T.I torna-se indispensável na aquisição de ferramentas capazes de gerar informações e processa-las e preparar a organização contra algum evento que possa atingi-la negativamente, por meio de estratégias que os gestores poderão antecipar devido estarem atualizados e preparados para tomadas de decisão.

1.1 Objetivos Gerais

Pretende-se com este projeto detalhar os impactos que o sistema de informação proporciona para a gestão empresarial, pois, independente do porte da empresa, é utilizado um tipo de sistema de informação, seja manual ou por meio das tecnologias de informação disponíveis no mercado. Sendo assim, desenvolveremos um método de estudo que apontará qual sistema de informação seria o mais adequado para as empresas de pequeno e médio porte, sistemas capazes de dar o suporte necessário para as empresas em seus procedimentos internos e auxiliar os empreendedores nas tomadas de decisão por meio do SIC.

1.2 Objetivos Específicos

Baseando-se no conceito do sistema empresa e sistema de informação, desenvolveremos um método de estudo que apontará o ERP como mais adequado as empresa, com isto, o gestor obterá as informações necessárias e desejadas para tomada de decisão e obtenção de melhores resultados que reflitam no crescimento da empresa.

1.3 Problema

Devido à competitividade vivida pelas empresas no ambiente externo, tornou-se essencial para as organizações possuírem um sistema de informação eficiente e eficaz, no entanto, a pergunta é: qual a importância do SIC como auxílio aos empreendedores, utilizando a tecnologia de informação do sistema ERP?

1.4 Justificativa

Para que uma organização sobreviva no mercado atualmente é preciso agilidade e dinamismo, o qual é possível desde que todos os departamentos da empresa estejam interligados de forma eficiente, para que isto seja possível deve ser utilizado o sistema de informação adequado para prestar suporte necessário para as empresas em seus procedimentos internos e auxiliar os empreendedores nas tomadas de decisão por meio do SIC.

1.5 Metodologia

No desenvolvimento deste projeto serão utilizados os métodos dedutivo e histórico. Por meio das técnicas de coleta de dados serão realizadas pesquisas bibliográficas documental e via internet e realizado um estudo de caso com o objetivo de demonstrar e avaliar o SIC.

1.6 Estrutura do Trabalho

Abordaremos, no primeiro capítulo, o conceito teórico sobre o sistema empresa e o sistema de informação, exemplificando com as atividades desempenhadas, diariamente, nas organizações. No segundo capítulo, desenvolveremos um método para auxiliar o gestor da informação sobre qual sistema de informação é adequado ao porte da empresa. No terceiro, capítulo demonstraremos o estudo realizado por meio de caso prático, o qual será acompanhado desde o surgimento da empresa até ela tornar-se uma empresa de grande porte.

CAPÍTULO 1 – TEORIA DOS SISTEMAS

Este capítulo busca conceituar os tipos de sistemas utilizados na gestão de micro e pequenas empresas, pois o pequeno empresário é essencial para movimentação da economia em nosso país, devido a oferecer mais oportunidades de emprego, contribuindo assim de forma positiva para o cenário socioeconômico brasileiro.

1.1 Teoria dos Sistemas - Conceito

Segundo o fundador da Teoria Geral do Sistemas, Von Bertalanffy (1901-1972), sistema é “um conjunto de elementos inter-relacionados com um objetivo em comum.”.

Esta percepção foi gerada a partir da ideia que todas as áreas do conhecimento possuem sistemas, e estes, possuem similaridades e leis comuns.

Sendo assim, é sugerido que uma visão global do objeto de estudo seja mais completa do que a visão dos elementos isoladamente, pois há componentes que não podem ser analisados separadamente, somente pelo todo.

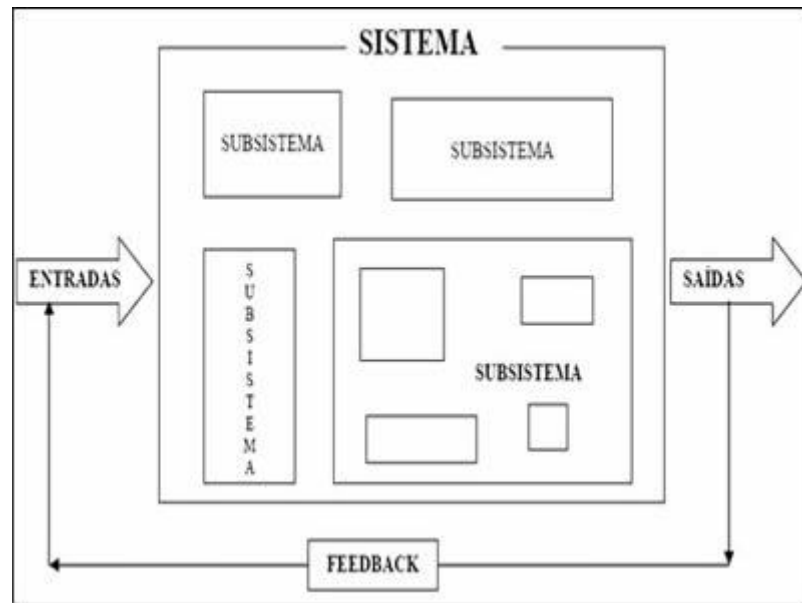
Qualquer conjunto de partes interligadas e independentes, que funcionando juntas, formam uma unidade capaz de chegar a um fim específico, pode ser considerado um Sistema.

Lodi (1987, p. 199) resume que a Teoria dos Sistemas:

(...) elabora princípios gerais, sejam físicos, biológicos ou sociológicos, e modelos gerais para qualquer das ciências envolvidas. (...). Ela também veio a preencher o vazio entre elas, pois há sistemas que não podem ser entendidos pela investigação separada e disciplinar de cada uma de suas partes. Só o todo possibilita uma explicação. Por isso também se diz que a Teoria dos Sistemas é a ciência da Totalidade.

Uma empresa é um conjunto de elementos que se interagem, formando um sistema. Esses elementos, por sua vez, podem ser considerados como subsistemas. Estes subsistemas trabalham juntos para conseguir resultados que não são atingidos se funcionarem de forma independente, como pode ser observado na Figura 1.1:

Figura 1.1 - O Sistema



Fonte: Administração de Sistemas de Informação Capítulo 1 – REBELLO (2004)

Enfim, Teoria dos Sistemas reúne princípios e modelos gerais das ciências.

Segundo Catelli (2001), os sistemas podem ser classificados em abertos - influenciam e são influenciados pelo ambiente em que estão inseridos - e fechados - são incapazes de interagir com o meio que fazem parte.

Pode-se também classificar os sistemas em: estáticos - não exercem atividade/não sofrem mudanças nas características, - dinâmicos - produzem atividade/modificam suas características de acordo com o que ocorre - e homeostáticos - são estáticos/dinâmicos.

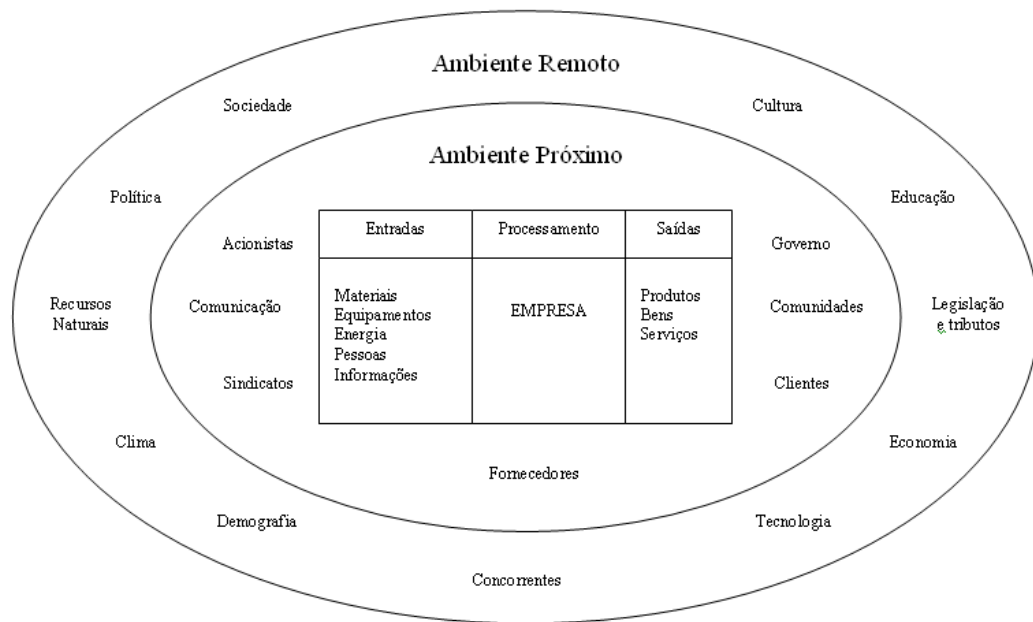
Conclui-se que a empresa é um sistema aberto e dinâmico.

1.1.1 Sistema Empresa

Empresa pode ser definida como um agrupamento de pessoas com um objetivo em comum, que, por meio de atividades intelectuais, físicas ou financeiras, produzem bens, serviços ou riqueza. Ou seja, é uma entidade que realiza atividade econômica, transformando recursos em produtos e serviços.

Toda empresa está em constante relação com o ambiente em que faz parte, caracterizando-a como um sistema aberto. Realiza atividades que está sempre se modificando de acordo com o objetivo final, definindo-se como um sistema dinâmico, conforme a Figura 1.2

Figura 1.2 - A empresa como um Sistema Aberto



(PADOVEZE: 2000, p. 33)

Assim como a empresa produz com o objetivo de satisfazer a necessidades externas, ela necessita de recursos obtidos dos meios externos para realizar suas atividades internas.

O ambiente em que a empresa está inserida é influenciado por meio de vários fatores: concorrentes e globalização, novas tecnologias, legislações governamentais, mudanças na economia, fornecedores e clientes.

O ambiente externo está em constante interação com a empresa por meio de trocas entre si. Os impactos advindos dessas interações podem ser diretos ou indiretos.

O ambiente remoto, que compreende o governo, outros segmentos e até mesmo outros países, impacta de forma indireta com variáveis políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ecológicas e regulatórias.

O ambiente próximo influencia diretamente a empresa, compreendendo as entidades do mesmo segmento. O segmento é composto pelos fornecedores, concorrentes, clientes, consumidores e atingem as variáveis de preço, quantidade, qualidade, prazos, taxas.

Cada segmento faz parte de um ciclo econômico, formando uma cadeia na qual um depende da eficácia do outro para conseguir atender o consumidor final.

A empresa está em constante competitividade, seja na obtenção de recursos ou na colocação dos produtos e serviços. Conseqüentemente, são criadas oportunidades que devem ser aproveitadas pela empresa ou ameaças, na qual a empresa deve se proteger. Sendo assim, a capacidade de se adaptar e reagir às mudanças, pode definir a sobrevivência da empresa.

Brisola (1990, p. 19) diz que todo sistema busca o equilíbrio naturalmente, por meio da retroalimentação ou feedback, definido como homeostase.

Segundo Pereira (1993, p.48)

Em relação ao sistema empresa, entendemos que o processo de autocontrole corresponde ao processo de gestão, e seus efeitos sobre o sistema decorrem das decisões que são tomadas pelos gestores, nas fases de planejamento, execução e controle de suas atividades. O processo de gestão é apoiado pelo sistema de informações da empresa, que se constitui num mecanismo de feedback.

Ou seja, o feedback traz a resposta sobre o que deve ser ajustado de acordo com os objetivos a serem atingidos pela empresa. O alcance desses objetivos deve ser avaliado por meio de controles internos.

A continuidade da empresa é definida pelo seu resultado econômico, ou seja, pela capacidade de o valor das receitas superar o valor dos custos da produção dos bens e serviços.

1.2 O Sistema de Informação nas Organizações

A gestão da informação tornou-se essencial para sobrevivência das organizações, independente de sua atividade ou porte, devido ao dinamismo presente no mercado e a busca por vantagem competitiva, o qual exige agilidade no processo de compra, produção e venda; o que se torna possível desde que todos os seus departamentos estejam interligados de forma eficiente e eficaz.

Para uma gestão eficiente da informação, é necessário compreender o processo de transformação dos dados em informação, o qual armazena os dados gerados no desempenho das atividades empresarias e em seguida armazena de forma sistemática estes dados obtidos, gerando assim as informações exigidas por seus usuários. Pois a informação armazenada neste processo será utilizada posteriormente para tomada de decisão por meio do conhecimento do gestor.

Os dados são os fatos ocorridos que tem influência sobre a rotina da empresa, como o número de mercadorias em estoque, o número de horas trabalhadas de um colaborador durante um mês, o volume de vendas de uma semana, entre outros. Estes dados isolados não geram valor, pois não há meios para utilizá-los a fim de otimizar a gestão da empresa. É possível observar a geração dos dados com a Figura 1.3.

Figura 1.3 – Geração de Dados



Fonte: Os autores.

No ambiente interno ou externo, a organização tem ocorrência de fatos, dos quais podemos denominar eventos de negócio, que são registrados no sistema de informação como dados ocorridos durante o desempenho das atividades empresariais, como no processo de vendas, o qual é iniciada pelo vendedor com a criação de um pedido de venda, seguida pela separação de mercadorias, a realização do seu faturamento por meio da nota fiscal e concluindo com o recebimento. Com isto, obtivemos o registro de processamento dos dados de uma venda.

Quando realizada a organização de forma sistemática destes dados gerados, eles se tornam informação, pois agregam valor aos dados manuseados, além do valor dos fatos individuais. No entanto, é necessário estabelecer regras para a inserção, armazenamento e processamento dos dados, que são necessários na obtenção da informação desejada.

Seguindo com o exemplo anterior, ao organizarmos os dados das vendas realizadas no período de um mês estaremos gerando a informação do faturamento mensal, podendo avaliar assim se a meta proposta para as vendas foram ou não alcançadas. Caso a organização não tenha obtido o resultado esperado é possível realizar um *feedback* com a equipe de vendas, isto é, quando a equipe se reúne com o intuito de avaliar seu desempenho e propor melhorias. Posteriormente, o gestor reorganizará a proposta de venda para períodos futuros. Além desta reorganização com as informações do faturamento, é possível utilizar um relatório comparativo ao mesmo período do ano anterior e verificar se houve crescimento ou não nas vendas, avaliando suas causas por meio da observação da economia e realizar planejamento de novas metas para o mesmo período no ano seguinte.

Segundo Padoveze (2000, p. 44), “O valor da informação reside no fato de que ela deve reduzir a incerteza na tomada de decisão, ao mesmo tempo em que procura aumentar a qualidade da decisão”, ou seja, a informação dispõe de grande valor na tomada de decisão, por isto, deve ser apresentada de forma objetiva e com o maior nível de detalhamento possível, buscando reduzir ao máximo as incertezas presentes entre as variáveis no processo para tomada de decisão.

Assim, a informação é a matéria prima do processo decisório, pois apresentam de forma sistemática os fatos ocorridos durante a execução das atividades empresariais.

No decorrer do tempo e com o crescimento econômico, a coleta e o armazenamento de dados inseridos manualmente foi se tornando ineficiente, desta forma, torna-se necessária a automação deste processo com a tecnologia da informação, que segundo a definição proposta por Padoveze (2000, p. 44):

Tecnologia da informação é todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação. Esse arsenal tecnológico está normalmente ligado à informática e a telecomunicação, bem como a todo o desenvolvimento científico do processo de transmissão espacial de dados.

Ou seja, com o desenvolvimento econômico do mercado as organizações dispõem da inteligência artificial, conhecida como *software*, presente nos programas executados pelo componente eletrônico, também conhecido como *hardware*, por meio deste conjunto de *software* e *hardware* é otimizado a gestão do negócio e economizado o tempo utilizado no desempenho das atividades empresariais, gerando assim, maior lucratividade para as organizações que utilizam os recursos tecnológicos. A utilização da tecnologia da informação tem contribuído para modificar a cultura e estrutura organizacional, além de agregar valor ao produto e/ou serviço prestado, bem como a contribuição para melhor se posicionar no mercado.

Os dados gerados na organização são armazenados, processados e estruturados de forma sistemática, sendo apresentados ao usuário em forma de relatórios e gráficos, resultando assim na geração da informação de forma precisa.

No entanto, não podemos considerar que o sistema de informação se trata somente do *software* utilizado na gestão empresarial, ele vai além deste sistema da informação envolve todos os recursos que possibilitem a comunicação e a fluência da informação entre os usuários, como exemplo, uma organização pode dispor de um sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*) para gestão dos departamentos, uma rede de comunicação para conversação entre os colaboradores, um *web site* e linha telefônica exclusiva para comunicação com o cliente, entre outros meios de informação e comunicação.

Sabemos que os meios para obter as informações apresentam custos para as empresas, como exemplo, a aquisição de componentes eletrônicos, a instalação de rede de computadores ou a implantação de um sistema ERP, o qual é responsável por interligar todos os departamentos da empresa de forma organizada e sistemática a fim de gerar informação, portanto, o custo para obtenção da informação deve ser sempre inferior ao benefício

alcançado por meio dela, para assim atender ao objetivo da empresa que é a obtenção positiva de resultados financeiros.

Segundo O'Brien (2004, p. 6), o “sistema de informação é um conjunto organizado de pessoas, *hardware*, *software*, redes de comunicação e recursos de dados que coletam, transformam e disseminam informações em uma organização”, os quais podem ser considerados componentes do sistema de informação, conforme Figura 1.4.

Figura 1.4 – Componente do Sistema de Informação



Fonte: O'BRIEN, 2004, p. 6, adaptado pelos autores.

O recurso de pessoas é fator determinante para o sistema de informação, pois realiza a manutenção e o aprimoramento do sistema que envolve neste recurso os profissionais da área de informática e outras áreas técnicas de informação.

Já o recurso de *hardware* é composto pelos recursos físicos para o processamento e armazenamento de dados, como os computadores, *tablet*, unidade de disco, *pen drive*, entre outros. E o recurso de *software* é a inteligência artificial utilizada pelo usuário por meio da linguagem de programação que será interpretado pelo *hardware*.

As redes de comunicação são compostas por equipamentos e *software* específicos para o tráfego de informações permitindo que diversas áreas da organização interajam entre si em tempo real, facilitando assim a fluência da informação e gerando a economia de tempo.

Por último temos o recurso de dados que são o conjunto de dados ou informações estruturado pelo *software* e interpretados pelo usuário da informação, como as características de tamanho, cor e localização no estoque de um produto disponível na empresa.

1.2.1 Os Tipos de Sistema de Informação

Os sistemas de informação (SI) podem ser classificados como: operacionais e gerenciais, em que o sistema de informação operacional armazena e controla os dados gerados durante as atividades empresariais. Enquanto o sistema de informação gerencial busca fornecer informações aos gestores que os auxiliem no processo de tomada de decisão.

Os tipos de sistemas de informação são classificados em operacional e gerencial para destacar o papel que cada um desempenha dentro da organização, possuindo objetivos distintos. A figura 1.5 demonstra esta classificação.

Figura 1.5 – Tipos de Sistema de Informação



Fonte: O'BRIEN, 2004, p. 23.

1.2.1.1 Sistema de Apoio às Operações

O sistema de apoio às operações busca armazenar e controlar eficientemente os dados gerados durante a rotina da empresa, produzindo informações úteis para as atividades rotineiras dos usuários internos e externos.

Como exemplo, em uma empresa especializada em manutenção de veículos, quando o cliente procura seus serviços é aberto um orçamento após breve avaliação técnica, posteriormente é feita a aprovação do orçamento, que se torna uma Ordem de Serviço, o qual é classificado em aberto quando iniciado o conserto, depois, quando necessário é alterada a classificação do pedido para aguardar a peça, pois é necessário aguardar o envio de algum componente para continuidade do serviço prestado. Quando o conserto é encerrado a classificação do pedido é alterada para concluído. Para conclusão do processo adotado pela empresa, é realizada a emissão da Nota Fiscal e efetivado o pagamento, classificando a ordem de serviço em Faturada.

Outros exemplos seriam o controle de estoque, que por sua vez esta inteiramente ligada ao subsistema de compra e de vendas, pois dependendo do nível de vendas haverá demanda maior para o setor de compras, ou seja, abastecimento do estoque.

Este sistema de apoio pode ser dividido em:

- o sistema de apoio de processamento de transações, o qual tem o objetivo de processar os dados gerados pela empresa, atualizar o banco de dados e produzir documentos empresariais, como o processamento de um pedido de venda e a emissão de uma nota fiscal.
- o sistema de controle de processos, responsável pelo monitoramento e controle dos processos físicos, como o refinamento de petróleo ou a fabricação de energia elétrica.
- o sistema colaborativo, que é utilizado como apoio a comunicação entre os grupos de trabalho e na comunicação dentro e fora da empresa, por exemplo, o envio de e-mail interno ou externo, como ocorre no caso de aviso de interação de um novo funcionário ou divulgação de promoção aos clientes cadastrados. (O'BRIEN, 2004, p. 24.)

1.2.1.2 Sistema de Apoio Gerencial

O sistema de apoio gerencial é responsável por fornecer informações úteis ao gestor para auxiliá-lo no processo de tomada de decisão - geralmente os gestores buscam essas informações na forma de relatório e/ou gráficos. Este sistema tem foco na vida econômico-financeira da empresa, portanto é utilizado pelos usuários administrativos e financeiros, é considerado a base para o planejamento e controle financeiro, além de ser uma ferramenta para avaliar o desempenho da empresa como um todo.

Como exemplo, uma empresa varejista oferece premiação por meio de produtos e reconhecimento no ambiente de trabalho ao vendedor que realizar maior volume de vendas e que atinja a meta de valor estipulado para o mês corrente. Nesta situação, o gerente de vendas necessita de um relatório que apresente resumo de vendas mensal, com a quantidade de pedidos faturados e o valor total vendido em moeda corrente por vendedor. Com tais dados será possível realizar comparações entre os vendedores e eleger o premiado no mês em que houve a análise.

Assim como o sistema abordado anteriormente, o sistema de apoio gerencial pode ser dividido em:

- o sistema de informação gerencial, o qual é responsável por todas as operações e transações realizada pela empresa, seu objetivo é auxiliar no alcance das metas estabelecidas pelos gestores. O SIG, como também é chamado, pode trazer benefícios como redução de custos nas operações, melhoria na tomada de decisão, dentre outras.
- o sistema de apoio à decisão, fornece apoio interativo, seja por meio dos recursos de vídeos, gráficos, comparativos, e outros. É um sistema específico para auxílio dos gestores no processo de tomada de decisão e solução de problemas não estruturados, o qual utiliza o método interativo baseado no uso de componentes da tecnologia da informação.
- o sistema de informação executiva, busca auxiliar o nível estratégico da empresa, com o intuito de oferecer diversas alternativas para resolver problemas organizacionais. Com isto, possibilita ao gestor aprofundar o nível de detalhamento necessário para o processo decisório, fornecendo informações de forma ágil e flexível.(O'BRIEN, 2004, p. 24.)

1.3 O Sistema de Informação Contábil

O sistema de informação contábil (SIC) se enquadra dentro do sistema de apoio gerencial, pois este busca atender a demanda de informações exigidas pela alta administração da organização. O SIC é essencial para que o gestor tenha uma visão ampla dos negócios no ambiente interno, pois apresenta de forma organizada e simples a situação financeira da organização por meio de seus relatórios.

Por tanto, o SIC é formado pela demonstração da apuração dos valores econômico-financeiros gerados no desempenho das atividades empresarias, bem como, pela apuração de impostos e pelo atendimento das obrigações acessórias determinadas pelo governo, que o tornou legal por meio do código civil, trabalhista e tributário.

Podemos considerar que o SIC é um recurso indispensável para o processo de tomada de decisão, pois por meio dele, é possível ter uma visão ampla sobre o cenário atual da organização e realizar projeções sobre diversas áreas, dando suporte ao gestor para futuros investimentos e/ou melhorias no ambiente empresarial.

Para melhor compreensão deste sistema, abordaremos a seguir a informação contábil.

1.3.1 A Informação Contábil

A contabilidade como ciência social aplicada, tem por objeto de estudo a variação quantitativa e qualitativa sobre o patrimônio, tanto de pessoas jurídicas quanto pessoas físicas, constituído pelo conjunto de bens, direitos e obrigações. Na elaboração deste trabalho analisaremos a contabilidade aplicada na gestão do patrimônio das pessoas jurídicas, desta forma, por meio da análise dos dados obtidos é possível apresentar relatórios e demonstrativos que permite ao usuário da informação contábil uma visão clara e ampla sobre a situação financeira da entidade.

Segundo Herrmann Jr (1978, p. 31):

Fayol enquadrou a Contabilidade entre as seis operações administrativas fundamentais, emitindo a esse respeito os seguintes conceitos: “É o órgão visual das empresas. Deve permitir que se saiba a todo instante onde estamos e para onde vamos. Deve fornecer sobre a situação econômica da empresa ensinamentos exatos, claros e precisos. Uma contabilidade, simples e clara, fornecendo uma ideia exata das condições da empresa, é um poderoso meio de direção.”

Além disto, segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 33)

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

Portanto, a contabilidade deve fornecer de forma estruturada e estática as informações econômicas e financeiras, para que o usuário possa analisá-las a fim de obter conhecimento sobre a situação financeira da entidade em determinado momento.

Tais informações são indispensáveis para o processo de tomada de decisão, pois os relatórios e demonstrações contábeis apresentam de forma clara e exata sobre o controle dos ativos e passivos financeiros, bem como sobre previsão de entradas e saídas de caixa já estabelecido. Desta forma, o gestor estará ciente dos riscos e oportunidades sobre as negociações que realizará, tendo em vista o caixa disponível e sua previsão para futuros períodos.

A informação contábil, além de ser indispensável ao gestor para o processo de tomada de decisão, é o meio pelo qual atende a demanda de obrigações exigidas pelo governo, o qual estipula por meio da legislação o método para realização das obrigações tributárias principais, composto pelo pagamento de tributos, e das obrigações tributárias acessórias, composta pelas demais obrigações como demonstrações contábeis, escrituração contábil fiscal, entre outras.

Com o desenvolvimento do mercado, a contabilidade é aprimorada constantemente e com isto surge à necessidade de padronização, sendo criados os princípios fundamentais de contabilidade, que são, segundo a resolução CFC n.º 750/93, atualizadas por meio da resolução CFC n.º 1.282/10, devido ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade:

- Princípio da entidade: reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.
- Princípio da continuidade: pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- Princípio da oportunidade: processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas;
- Princípio do registro pelo valor original: determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10);

- Princípio da atualização monetária: foi revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10;
- Princípio da competência: determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- Princípio da prudência: determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Além dos princípios contábeis, com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, devido às operações de negócios internacionais e constante busca dos investidores estrangeiros por informações estruturadas para diminuição do risco de investimento em outros países, surge à necessidade da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado por meio da resolução CFC n ° 1.055/05, o CPC tem como objetivo *"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu*

processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Para que as demonstrações contábeis estivessem de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1, que estabelece a estrutura e requisitos para a apresentação, foi aprovado e divulgado o Pronunciamento técnico CPC 26. Desta forma, estarão estruturadas de tal forma que permitirá a comparação entre períodos de demonstrações contábeis de uma entidade ou entre outras entidades.

Conforme previsto na Lei 11.638/07, ao fim de cada período social, as sociedades de grande porte, ou seja, que no exercício social anterior seu ativo total seja superior a R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), devem elaborar e publicar em jornal de grande circulação as seguintes demonstrações contábeis:

a) Balanço Patrimonial (BP);

Na apresentação do Balanço Patrimonial deve ser apresentado separadamente as contas do ativo e do passivo, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 e pela redação dada pela Lei 11.941/09, o balanço patrimonial deve ser agrupados da seguinte forma:

Quadro 1.1 – Modelo de Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucro
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados
TOTAL ATIVO R\$	TOTAL PASSIVO R\$

Fonte: Os autores.

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

A DRE busca evidenciar a formação do resultado líquido do período de sua demonstração, esta previsto no Pronunciamento Técnico CPC 26, bem como no art. 187 da Lei 6.404/76 será estruturado da seguinte forma:

Quadro 1.2 – Modelo de Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
=	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS
	(-) Deduções das Vendas
	(-) Abatimentos
	(-) Impostos
=	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
	(-) Custo das Mercadorias e Serviços vendidos
=	LUCRO BRUTO
	(-) Despesas com Vendas
	(-) Despesas Financeiras
	(-) Deduções das Receitas
	(-) Despesas Gerais e Administrativas
	(-) Outras Despesas Operacionais
=	LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL
	(+) Outras Receitas
	(-) Outras Despesas
=	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA
	(-) Despesa Provisão de Impostos
=	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
	(-) Debêntures
	(-) Empregados
	(-) Administradores
	(-) Partes Beneficiárias
	(-) Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados
=	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Fonte: Os autores.

- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);

Conforme art. 186 da Lei 6.404/76, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados discriminará:

Quadro 1.3 – Modelo de Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DEMONSTRAÇÕES DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	
=	SALDO INICIAL DO PERÍODO
	(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores
	(+/-) Correção Monetária do Saldo Inicial
	(+/-) Reversão de Reservas
	(+/-) Lucro Líquido do Exercício
=	LUCRO/PREJUÍZO TOTAL DISPONÍVEL
	(-) Transferência para Reservas
	(-) Dividendos
	(-) Parcela dos Lucros Incorporada ao Capital
=	SALDO FINAL DO PERÍODO

Fonte: Os autores.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido destaca as modificações que impactaram nos saldos das contas presentes no Patrimônio Líquido, com a apresentação da DMPL não é necessário a apresentar o DLPA, pois a DMPL contempla esta informação. Esta previsto no Pronunciamento Técnico CPC 26.

Quadro 1.4 – Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
MOVIMENTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCRO				LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIA	PARA CONTINGÊNCIA	LUCROS A REALIZAR		
Saldos em 31.12.x1									
Ajustes de exercícios anteriores									
Aumento de capital:									
*Subscrição pública									
*Com reservas									
Reversão de reservas									
Lucro líquido do exercício									
Porposta de destinação de lucro líquido:									
*Reserva legal									
*Reserva para contingência									
*Lucros a realizar									
*Dividendos									
Saldos em 31.12.x2									

Fonte: Hoji, 1999, p. 248, adaptado pelos autores.

d) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);

O DFC é previsto no Pronunciamento Técnico CPC 03, bem como no art. 188, inciso I da Lei 6.404/76, a Demonstração do Fluxo de Caixa deve apresentar as alterações ocorridas no saldo do caixa e equivalente de caixa durante o período social da empresa, devendo ser estruturado da seguinte forma:

Quadro 1.5 – Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa

MONTAGEM DO FLUXO DE CAIXA	
<i>I - ATIVIDADE OPERACIONAL</i>	VALOR
<i>II - ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</i>	
<i>III - ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</i>	
AUMENTO DO DISPONIVEL	
SALDO INICIAL X0	
SALDO FINAL X1	

Fonte: Os autores.

A atividade operacional corresponde às receitas e gastos resultante da prestação de serviço, industrialização ou comercialização, esta diretamente ligada ao capital circulante líquido da organização.

A atividade de investimento refere-se aos gastos ocorridos no Realizável a Longo Prazo, como investimentos, imobilizado e intangível.

A atividade de financiamento são todos os recursos financeiros que financiam a organização, corresponde as contas do passivo não circulante e patrimônio líquido.

e) Demonstração de Valor Adicionado – DVA (somente sociedade de capital aberto);

A DVA esta previsto no pronunciamento Técnico CPC 09, bem como o art. 188, inciso II da Lei 6.404/76, a Demonstração de Valor Adicionado evidencia o valor das riquezas geradas durante o período social da empresa, assim como sua distribuição entre os elementos que contribuíram para geração dessa riqueza.

Quadro 1.6 – Modelo de Demonstração Do Valor Adicionado – Empresas em geral

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	VALOR
1 – RECEITAS	
1.1) Venda de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Outras receitas	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	
2.4) Outras (especificar)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
6.3) Outras	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (deve ser igual ao item 7)	
8.1) Pessoal	
8.1.1 - Remuneração direta	
8.1.2 – Benefícios	
8.1.3 - F.G.T.S	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.2.1 – Federais	
8.2.2 – Estaduais	
8.2.3 – Municipais	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.1 – Juros	
8.3.2 – Aluguéis	
8.3.3 – Outras	
8.4) Remuneração de capitais próprios	
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio	
8.4.2 – Dividendos	
8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício	
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	

Fonte: Pronunciamento técnico CPC 09, p. 16, adaptado pelos autores.

- f) Notas Explicativas – apresenta informações adicionais sobre os relatórios citados acima e informação adicional que não tenha sido apresentado nas demonstrações contábeis;

Os relatórios não obrigatórios são aqueles exigidos pela administração da entidade, que visam aprimorar o controle interno e auxiliar no processo de tomada de decisão. Em sua maioria, os relatórios não obrigatórios são customizados, havendo em comum um nível mínimo de informações, como exemplo:

- Relatório de produtividade – em que exige níveis diferenciados de informação de acordo com o objetivo do usuário deste relatório, como quando destinado para avaliação da produtividade da linha de produção de uma indústria, dos serviços realizados por uma prestadora de serviços e volume de vendas realizadas por uma equipe de vendas;
- Relatório de faturamento – podendo ser dividido em diversos períodos, por mercadoria e vendedores;
- Relatório de dados estatísticos diversos – como levantamento da aceitação de determinado produto no mercado, perspectiva de crescimento no mercado, dentre outros;
- Orçamentos de compra e venda;

Por meio das informações obtidas dos relatórios gerenciais, os gestores da organização terão uma visão detalhada do resultado alcançado, possibilitando assim, o aprimoramento das atividades empresarias para otimizar a perspectiva dos resultados futuros. Assim como, os relatórios obrigatórios permitem aos gestores uma visão ampla da organização, fornecendo informações precisas sobre o resultado apresentado no período social da empresa, o qual contribui significativamente para a imagem da organização no mercado.

Atualmente dispomos de vários tipos de contabilidade, porém abordaremos duas delas:

- Contabilidade Financeira;
- Contabilidade Gerencial;

1.3.1.1 Contabilidade Financeira

A contabilidade financeira surgiu durante a Revolução Industrial, como consequência do crescimento econômico decorrente da expansão do setor industrial. A partir desta nova realidade, há necessidade de avaliar os resultados financeiros de forma organizada e pré-estruturada, para isto, os administradores adotam o Balanço Patrimonial e Demonstração Anual de Lucros, a fim de controlar a obtenção e distribuição dos recursos financeiros da organização.

Atualmente, a contabilidade financeira é obrigatória para todas as organizações visando atender à contabilidade societária e tributária, em que o governo age como regulador por meio da criação e manutenção da legislação, e as entidades de classe que realizam a normatização para condução do trabalho contábil, a fim de prestar contas aos usuários internos e externos.

Para contabilidade brasileira, a Lei nº 6.404/76, aplicada inicialmente para as Sociedades Anônimas e que atualmente abrange todos os tipos de sociedades, apresenta critérios de avaliação e estrutura que marcaram a ciência contábil em nosso país. Porém, houve a necessidade de aperfeiçoar a estrutura vigente visando alinhar-se com a contabilidade internacional, pois a estrutura contábil adotada entre estas não eram compatíveis, sendo assim, por meio da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 foram realizadas diversas alterações para maior transparência das práticas contábeis.

Atualmente aplica-se no Brasil o IFRS (*International Financial Reporting Standards*, traduzindo para português significa Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade), suas normas são aplicáveis a todas as entidades e regulamentada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), o qual é responsável por emitir as Normas Brasileiras de Contabilidade.

O IFRS é regido pela legislação citada acima e pelos diversos Pronunciamentos Técnicos CPCs e IAS, que proporciona transparência e melhores informações contábeis aos usuários externos, como os acionistas e futuros investidores.

Segue abaixo um comparativo das principais mudanças desta legislação.

Quadro 1.7 – Comparativo entre Lei nº 6.404 e Lei nº 11.638

Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
Publicação das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – Doar.	Publicação das Demonstrações dos Fluxos de Caixas – DFC.
Não havia a exigência da publicação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA para as companhias abertas.	Obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA para as companhias abertas.
Os aumentos de valores nos saldos de ativos serão registrados com Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido.	Os aumentos ou diminuições de valores nos saldos de ativos e passivos decorrentes de avaliações e preço de mercado serão registrados na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.
O ativo permanente é dividido em: investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.	Ativo permanente passa a ser dividido em: investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos vertidos poderão ser registrados pelos valores contábeis.	Os saldos serão vertidos a valor de mercados nos casos de: fusões, cisões ou incorporações.
O Patrimônio Líquido: capital social reserva de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros ou prejuízos acumulados.	O Patrimônio Líquido: capital social reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
As companhias abertas são obrigadas a publicar as suas demonstrações contábeis devidamente auditadas. As companhias fechadas são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis.	As companhias abertas e as sociedades de grande porte de capital fechado são obrigadas a apresentar demonstrações contábeis segundo os mesmos padrões da Lei das S.As. e auditadas por auditores independentes.
A escrituração contábil será efetuada de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, podendo registrar nos livros comerciais ou em livros auxiliares os ajustes decorrentes da legislação tributária.	Deverá ocorrer segregação entre escrituração mercantil e tributária.
A CVM expedirá normas contábeis de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.	A CVM expedirá normas contábeis em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)
As sociedades controladas devem ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.	As sociedades controladas, sociedades que fazem parte do mesmo grupo que estejam sob influência e controle comum, devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Fonte: MOLIGA, 2012.

Segundo Padoveze (2012, p. 14), podemos resumir a contabilidade financeira da seguinte forma:

- Vinculada aos princípios contábeis geralmente aceitos;
- Contabilidade utilizada para fins fiscais;

- Contabilidade utilizada para fins societários e regulatórios (Lei das S.A, CVM , legislação comercial);
- Base de escrituração de dados passados;
- Controle *a posteriori*;
- Mensuração em moeda corrente do país;

1.3.1.2 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial tem foco no usuário da informação contábil interna, concentra as informações contábeis registradas formando um banco de dados, que permite ao profissional da contabilidade obter informações precisas que permite a elaboração de relatórios uteis ao processo de tomada de decisão.

Segundo Iudícibus (1998, p. 21):

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira [...] colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Desta forma, o contador deve fornecer a administração da entidade relatórios customizados, que possuam o nível de detalhamento exigido por seus usuários, ou seja, os gestores da entidade.

1.3.1.3 Contabilidade Financeira *versus* Contabilidade Gerencial

A contabilidade financeira segue os padrões exigidos pela legislação vigente, o qual baseia-se nos fatos históricos do período social, é utilizado este método, pois busca atender aos usuários externos, como acionistas, bancos, financeiras, fornecedores, dentre outros.

A contabilidade gerencial, devido a atender os usuários internos, não possui um padrão, no entanto, utiliza as informações da contabilidade financeira como embasamento. Elabora relatórios conforme as necessidades dos gestores da organização, atendendo a demanda de informação necessária para tomada de decisão.

Com isto, a contabilidade gerencial utiliza relatórios customizados para demonstrar o resultado das informações solicitadas pelos usuários, o qual pode incluir orçamentos, previsões de venda, previsões de caixa, avaliação de custos, dentre outros.

Para melhor compreensão das diferenças entre a contabilidade financeira e gerencial, segue abaixo comparativo dos mesmos.

Quadro 1.8 – Comparativo entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial.

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Audiência	Externa: acionistas, credores, autoridades tributárias.	Interna: funcionários, gerentes, executivos.
Propósito	Relatar o desempenho passado ao público externo; contratos com proprietários e credores.	Informa as decisões internas tomadas por funcionários e gerentes; dar <i>feedback</i> e controlar o desempenho operacional.
Posição no Tempo	Histórica; atrasada.	Atual, orientada para o futuro.
Restrições	Regulamentada; orientada por princípios contábeis geralmente aceitos e por autoridades governamentais.	Desregulamentada; sistemas e informações determinados pela administração para atender às necessidades estratégicas e operacionais.
Tipo de Informação	Apenas mensurações financeiras.	Mensurações financeiras, operacionais e físicas sobre processos, tecnologias, fornecedores, clientes e concorrentes.
Natureza da Informação	Objetiva, aditável, confiável, consistente, precisa.	Mais subjetiva e sujeita a juízo de valor; válida, relevante, precisa.
Escopo	Altamente agregada; relatórios sobre a organização total.	Desagregada; informa decisões e ações locais.

Fonte: Atkinson, Banker, Kaplan e Young, 2008, p.38.

CAPÍTULO 2 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO

Este capítulo visa demonstrar o novo papel do Profissional da Contabilidade na Gestão da Informação Contábil, apresenta uma breve introdução sobre as MPEs - Micro e Pequenas Empresas - que representam um forte segmento econômico da sociedade brasileira atual. Por fim, explanar sobre as ferramentas para gerenciamento de informações, exaltar a importância do investimento nessas ferramentas e a utilização da ferramenta ERP, que serve de suporte ao Sistema de Informação Contábil.

2.1 O papel do Profissional da Contabilidade na Gestão Empresarial

Atualmente, o papel do Profissional da Contabilidade tem se tornado cada vez mais importante no auxílio e apoio à gestão empresarial. O Profissional Contábil deixa de ter a função restrita a contábil/fiscal e amplia sua atuação como agente responsável de informações essenciais a tomada de decisões, passa a auxiliar na resolução de problemas, por ter uma visão diferenciada do negócio.

A evolução da profissão contábil vem acompanhando o desenvolvimento acelerado das organizações e conquista cada vez mais espaço no âmbito empresarial.

Kraemer (2000, p.54) enfatiza que “é efetivamente importante que o contabilista venha a ser reconhecido como profissional que adiciona valor ao processo produtivo como avaliador das demonstrações financeiras e contábeis nos seus aspectos formais e nos compromissos sociais.”.

No início do século XX, a contabilidade era utilizada como um instrumento arcaico de controle do patrimônio. A partir da década de 50, com a globalização e o crescimento acelerado, as organizações se tornaram mais complexas e exigiram que o Profissional da Contabilidade se tornasse um profissional com o perfil mais completo, passando a atuar além da gestão do patrimônio e abrangendo a área econômico-financeira.

Entende-se como controle de gestão os procedimentos que visam orientar as operações que compõem o planejamento da empresa e o processo de tomada de decisão. Segundo Campliglia (1993, p.11):

(...)o conjunto de informações de ações cujo objetivo é manter o curso das operações dentro de um rumo desejado. Os desvios de rumo, quando ocorrem. Precisam ser rapidamente detectados, medidos, investigados para a identificação de suas causas e corrigidas através de ações eficazes.

O Profissional da Contabilidade deve auxiliar o controle de gestão, fornecendo as informações que servirão de base para sustentar os negócios.

A partir da década de 90, com o surgimento de novas tecnologias e a abertura de blocos econômicos, as mudanças no cenário mundial acarretaram transformações drásticas no âmbito empresarial. Tais transformações afetam diretamente as funções do profissional contábil.

A contabilidade deve ser usada como uma ferramenta poderosa para a gestão e fornecer informações imprescindíveis à tomada de decisão por meio de um sistema de informação eficaz produzindo informações que absorvam impactos externos e prevejam fatos futuros, como ameaças e oportunidades.

Atualmente, o Profissional da Contabilidade deve se aperfeiçoar e estar sempre atualizado com o mercado. É importante se capacitar constantemente, buscar conhecimentos técnicos e ampliar a visão dos negócios.

Além disso, o Profissional da Contabilidade não deve limitar a sua área de atuação. Ele deve estar preparado para atuar nas diversas áreas administrativas e assim contribuir com o gerenciamento eficaz dos negócios.

As informações contábeis são de extrema importância e devem ser úteis aos usuários. Dessa forma, o Profissional Contábil se torna o intermediador entre a informação e a gestão. Carvalho (1991) diz que “no século XXI, o Contador será, por excelência, o Comunicador da vida empresarial”.

O papel do profissional da Contabilidade vai além de efetuar lançamentos e calcular impostos. O Profissional da Contabilidade pode proporcionar informações relevantes à gestão.

O Profissional da Contabilidade deve ser um gestor de informações que auxilia nas decisões empresariais. Assim diz Kraemer (2000, p.54):

O contador vai saber comunicar-se com outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor (...). O contador deve ter um comportamento ético-profissional inquestionável. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional (educação continuada). O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional. ”.

Atualmente, a contabilidade é considerada uma linguagem universal dos negócios. Sendo assim, a capacidade do Profissional da Contabilidade de produzir informações, faz com que o profissional seja uma peça fundamental no crescimento de uma organização, contribuindo com a sociedade como um todo.

2.2 Micro e Pequenas Empresas

A Lei complementar nº 123/06 que trata do enquadramento das empresas no Simples Nacional, define que Microempresa, ou ME, é a pessoa jurídica na qual seu faturamento bruto anual não ultrapasse R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Da mesma forma, Empresa de Pequeno Porte, ou EPP, é a pessoa jurídica que obtenha um faturamento bruto anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel relevante na economia brasileira, sendo que as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas representem 99% das empresas no Brasil e responsável por um quarto do PIB do país, valores estes que vem crescendo nos últimos anos, entre outros índices significativos conforme demonstrado na figura 2.1:

Figura 2.1 – Micro e pequenas empresas na economia brasileira



Fonte: SEBRAE. MPE Indicadores. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/itonet/apresentacao-mpe-indicadores2013>>. Acesso em: 04/10/2015

Segundo informações do Sebrae, a produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou, passando de R\$ 144 bilhões para R\$ 599 bilhões em dez anos. O presidente do Sebrae, Luiz Barretto afirma “O empreendedorismo vem crescendo muito no

Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia”.

A região Sudeste é onde se concentra a maior parte das empresas optantes pelo Simples Nacional, representando 49% dos pequenos negócios de todo o país, seguido das regiões Sul e Nordeste com 19%, Centro-oeste com 8% e por fim a região Norte com 5%. (RAIS/MTE, 2010).

Com base nas pesquisas realizadas pelo Sebrae com dados coletados da Receita Federal, as micro e pequenas empresas estão distribuídas em todos os setores da economia brasileira. A maior parte está presente no comércio, sendo que 1 em cada 2 MPEs são deste setor. Outro setor com grande representatividade é o de serviços, com 31%. A indústria conta com 15% e a construção civil, 5%.

O Brasil possui 27 milhões de empreendedores, sendo o 3º país em número de empreendedores do mundo, ficando atrás apenas da China (373,5 milhões) e dos Estados Unidos (41,3 milhões). Os empreendedores representam 27% da população adulta do país, ou seja, um quarto dos brasileiros possuem um negócio próprio. (Pesquisa GEM - Global Entrepreneurship Monitor - Sebrae/IBQP).

As MPEs em estágio inicial, representam 55% do total de empreendedores. As que possuem até 3 meses de atividade, as denominadas “nascentes”, concentram 4 milhões de pessoas. Os denominados “novos”, com tempo de atividade entre 3 meses e 3 anos e meio, representam 11 milhões. No total, 15 milhões de empreendedores possuem novos negócios, enquanto que 12 milhões possuem negócios considerados “estabelecidos”, com tempo de atividade superior a 3 anos e meio.

Mais da metade dos empreendedores brasileiros são da classe C, com cerca de 55,2%. Classes AB representam 37,5% e DE apenas 7,3%. A idade média do empreendedor no Brasil é 39 anos, sendo que 48,7% estão na faixa etária de 31 a 49 anos, 28,8% tem até 30 anos e 22,4% possuem 50 anos ou mais.

O fortalecimento do empreendedorismo e dos pequenos negócios na economia brasileira se evidenciou após a criação do Supersimples que reduziu a carga tributária e unificou oito impostos em um, o aumento da escolaridade da população e a ampliação do mercado consumidor advindo do aumento do poder aquisitivo da classe C. “Esses três fatores têm motivado o brasileiro a empreender por oportunidade e não mais por necessidade. Antes as pessoas abriam um negócio próprio quando não encontravam emprego. Hoje, de sete a cada 10 pessoas iniciam um empreendimento por identificar uma demanda no mercado, o que

gera empresas mais planejadas e com melhores chances de crescer”, avalia o presidente do Sebrae.

As micro e pequenas empresas representam 52% das carteiras assinadas no Brasil e 40% da massa salarial. Os salários nas MPEs tiveram um aumento real 3 vezes superior ao das empresas maiores. De 2000 a 2010, o aumento observado nas MPEs foi de 14,4% enquanto que nas empresas de Médio e Grande porte foi de 4,4%.

A taxa de sobrevivência dos pequenos negócios, considerando os 2 primeiros anos, está em torno de 73,1% no Brasil. Há 10 anos, apenas metade sobreviviam.

A evolução da legislação voltada às MPEs começa em 2006, com a criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, definindo diretrizes legais das micro e pequenas empresas. Em 2007 é instituído o SuperSimples, que reduzia em média 40% dos impostos. Em 2009 foi instituído o Microempreendedor Individual. O fato mais recente foi em 2011 com a atualização dos limites do faturamento do Simples por meio da Lei 139/11.

A arrecadação do SuperSimples em 2007 foi de R\$ 8,38 bilhões e em 2012 saltou para R\$ 46,5 bilhões, aumento de 455%.

Do total das compras do Governo Federal em 2011, 30% foi de micro e pequenas empresas, totalizando R\$15,2 bilhões.

O Índice de Confiança dos Pequenos Negócios (ICPN) é uma pesquisa nacional sobre o faturamento e a ocupação nos pequenos negócios, comparando a situação atual com o mês anterior e levando em consideração a expectativa dos próximos 3 meses. Este índice varia de 0 a 200, na qual abaixo de 100 indica retração e acima indica uma tendência de crescimento das atividades. No ano de 2012, o índice variou de 115 a 123, mantendo-se acima de 100 o ano todo.

Os benefícios dos pequenos negócios são múltiplos. A competitividade é fortalecida, o desenvolvimento sustentável na região, geração de empregos formalizados, inovação e estímulo para a expansão da economia local e aumento da produtividade com o aprimoramento dos processos.

As grandes empresas também são favorecidas, com a melhor articulação do encadeamento produtivo, o resultado são numerosos. Os melhores preços, flexibilidade e agilidade advindos da maior competitividade entre os fornecedores, visibilidade nacional pela sustentabilidade, redução de custos de transportes e logística, otimização de investimentos e aumento da inovação.

2.3 ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

A ITG 1000 - Interpretação Técnica Geral para ME e EPP, define critérios e procedimentos aplicáveis às entidades definidas como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte”, abrangidas pela NBC TG 1000 – Normas Brasileiras de Contabilidade, que optarem pela adoção desta Interpretação.

A opção pela ITG 1000 não exige a entidade de manter a escrituração contábil conforme previsto na ITG 2000 – Escrituração Contábil (Resolução CFC nº 1.330/11) e também não devem deixar de observar as outras legislações aplicáveis.

As entidades que não optaram pela adoção da Interpretação, devem continuar seguindo a NBC TG 1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais Completas, quando forem aplicáveis. De acordo com a complexidade da operação, deve ser seguido:

- A) Normas Brasileiras de Contabilidade
- B) CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- C) IFRS's - International Financial Reporting Standards - Normas Internacionais de Contabilidade (quando aplicável)

De acordo com o Código Civil – Lei 10.406/02 Art. 1.179. “O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.”

Os arts. 1177 e 1178 do Código Civil definem a responsabilidade solidária, na qual o Profissional Contábil assume, juntamente com o seu cliente a responsabilidade por atos dolosos, perante terceiros. Portanto, no caso de empresas sem contabilidade ou com a contabilidade irregular, é assumida a corresponsabilidade do ato.

O art. 195 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5172/66 estabelece sobre a disponibilidade de todos os livros e documentos da escrituração, na qual sejam conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Em relação a crimes contra a Ordem Tributária, a Lei 8137/90 art. 1º constitui crime suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante omissão, informação falsa ou inexata ou falsificação de documento fiscal.

De acordo com a Lei Decreto nº 3048/99, que trata da Previdência Social, a fiscalização utiliza as informações contábeis. Todos os esclarecimentos e informações solicitadas devem ser prestadas.

Sobre a distribuição de lucros ilícitos ou fictícios, o art. 1009 do Código Civil define que tal ato acarreta na responsabilidade solidária dos que a realizarem e dos que receberem.

Em relação as Demonstrações Contábeis nas Micro e Pequenas Empresas, as obrigatoriedades contábeis são:

- Escrituração completa
- Balanço Patrimonial e Notas Explicativas
- Demonstração do Resultado do Período

DRA – Demonstração do Resultado Abrangente, DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa, não são obrigatórias.

A escrituração contábil – Item 8 da ITG 1000 – deve observar os princípios da Contabilidade, previstos na Resolução CFC nº 750/93:

- Entidade: reconhece a autonomia do patrimônio da entidade.
- Continuidade: pressupõe-se a continuação das atividades da entidade.
- Oportunidade: produzir informações íntegras e tempestivas.
- Registro do valor original: registrar o valor original da transação.
- Competência: reconhecimento dos fatos no período que se referem.
- Prudência: adoção do menor valor para as contas do Ativo e maior para o Passivo.

As penalidades decorrentes da inobservância dos princípios contábeis estão previstas no art. 27 do Decreto-Lei nº 9295/46 e no Código de Ética do Profissional Contabilista:

c) multa de 1 (uma) a 5 (cinco) vezes o valor da anuidade do exercício em curso

d) suspensão do exercício da profissão, pelo período de até 2 (dois) anos, aos profissionais que, dentro do âmbito de sua atuação e no que se referir à parte técnica, forem responsáveis por qualquer falsidade de documentos que assinarem e pelas irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar as rendas públicas;

e) suspensão do exercício da profissão, pelo prazo de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, ao profissional com comprovada incapacidade técnica no desempenho de suas funções, a critério do Conselho Regional de Contabilidade a que estiver sujeito, facultada, porém, ao interessado a mais ampla defesa;

O item 10 do ITG 1000 define que os lançamentos contábeis devem ser realizados diariamente ou no final do mês, desde que tenham informações que sirvam de base para a escrituração em conformidade com a ITG 2000:

- Data do registro contábil
- Conta devedora
- Conta credora
- Histórico
- Valor do registro contábil
- Informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil

Segundo o Item 9 da ITG 2000, os livros contábeis obrigatórios, como o Livro Diário e o Razão, possuem as seguintes formalidades:

- Na forma não digital, devem ser encadernados, folhas numeradas sequencialmente, conterem termo de abertura e encerramento assinados pela entidade e pelo profissional da contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade.
- Na forma digital, devem ser assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade com CRC. Quando exigido por legislação específica, deve ser autenticado.

A penalidade prevista para as entidades que não manter os Livros ou fazê-los de forma errônea está definida no Art. 29: Exclusão do Simples Nacional.

Segundo o Item 15 da ITG 1000, que trata da Avaliação de Estoques, o custo dos estoques deve representar todos os custos de aquisição, transformação e outros custos incorridos necessários para deixar o estoque em condições de consumo ou venda.

Quadro 2.1 – Avaliação de Estoque

Comércio
(+) Custo de aquisição das mercadorias
(+) Fretes e seguros
(=) Custo dos estoques de mercadorias para revenda
Indústria
(+) Custo de aquisição de MP, incluso fretes e seguros
(+) MO produção
(+) CG Fabricação
(=) Custo dos estoques de produtos para venda

Fonte: RINALDI, Fernando César. ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. p. 19. 2015

No Item 16 da ITG 1000 está estabelecido que o custo dos estoques deve ser calculado considerando os custos individuais dos itens. Quando não for possível, deve-se utilizar o Método PEPS – Primeiro que Entra, Primeiro que Sai ou o Custo Médio Ponderado.

De acordo com Item 17 da ITG 1000, os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o valor de custo (aquisição de mercadorias e produtos acabados) e o valor realizável (valor de reposição e valor estimado de venda, líquido das despesas de comercialização).

Conforme o Item 23 da ITG 1000, as receitas devem ser apresentadas líquidas dos tributos, abatimentos e devoluções.

O Item 28 da ITG 1000 determina que as demonstrações contábeis devem conter: a denominação da entidade, a data de encerramento do período e a apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna e dos valores do período anterior na segunda coluna.

Em relação às Notas Explicativas, deve-se incluir:

- Declaração de conformidade com a ITG 1000
- Descrição das operações da entidade
- Referência às práticas contábeis adotadas
- Descrição das políticas contábeis utilizadas
- Descrição de contingências passivas, quando houver
- Qualquer outra informação relevante

O Plano de Contas deve levar em conta as especificidades e natureza das operações e deve estar de acordo com as necessidades de controle de informações referentes aos aspectos fiscais e gerenciais. Conforme apresentado no Anexo 4 da Interpretação, o Plano de Contas deve conter, no mínimo 4 níveis.

O Profissional da Contabilidade deve obter a Carta de Responsabilidade da administração da entidade. O objetivo desta é salvaguardar sua responsabilidade, referentes à manutenção de controles internos e acesso às informações da entidade.

2.4 Ferramentas para Gerenciamento de Informações

Como já abordado inicialmente destacamos a importância de um sistema de informação dentro da gestão empresarial, que no caso das empresas de médio e pequeno porte, que não consideram a relevância e a necessidade de se ter informações, são atingidas por consequências que as tornam menos competitivas, impedindo o crescimento e tornando-se propícias para o encerramento de atividades. O que podemos observar é que os pequenos

empreendedores dedicam a maior parte de seu tempo à solução de problemas rotineiros e acaba perdendo a visão do negócio, a dimensão do planejamento e até abandonando a busca de oportunidades. Uma grande oportunidade está na utilização das informações contábeis, porém como geralmente a administração desta categoria de empresas é feita pelo proprietário ou parentes e estes não sendo especialistas com conhecimento profundo, nem ao menos técnica suficiente para a utilização das informações contábeis, acabam por terceirizar a contabilidade da empresa pelo principal motivo de prestação de contas com o fisco, que acaba transparecendo a imagem exposta na anedota contada por Lambden e Targett, em que, “os profissionais da contabilidade são um dos mais odiados por esses tipos de administradores, sentimento este que se dá pela falta de comunicação entre as partes o que causa muitos problemas” e podemos considerar a recíproca verdadeira, pois os contadores também não prestam a devida assistência e suporte ao considerarem uma empresa pequena devido à baixa possibilidade de retorno.

2.5 A Importância do Investimento em tecnologia da informação

Considerando a tecnologia como um conjunto de conhecimentos que atende ao mercado de forma mais competitiva, capaz de atender à determinada necessidade de uma clientela, abordaremos aqui a importância da decisão em investir em tecnologia da informação e em capacitação tecnológica em recursos humanos, para obter uma empresa inteligente, ágil e flexível, atuando como um organismo vivo e pró-ativo.

É possível ressaltar que o investimento não deve ser apenas em tecnologia da Informação, mas também, e não menos importante, o investimento deve ser aplicado na capacitação dos colaboradores que iram fazer o uso das ferramentas de trabalho. De acordo com a descrição de Nabais (2004), a capacitação tecnológica envolve a instalação ou aquisição de um conjunto de conhecimentos técnicos disponíveis e acumulados ao longo dos anos, que dá qualificação às atividades de trabalho humano em determinado setor produtivo ou econômico, relacionando isso com recursos humanos, entendemos como capacitação tecnológica em recursos humanos “as habilidades adquiridas pelos colaboradores da empresa e o ato de aprimorar os conhecimentos, seja sob a forma de educação formal e informal, desenvolvidas e/ou oferecidas pela empresa”.

Percebemos que a relação entre esta capacitação e a tecnologia da informação é positiva, olhando do ponto de vista que as ferramentas não se alimentam sozinhas de

informação e sim dependem de seus usuários para adquirir dados, processar e produzir informações necessárias para aplicação no que for pertinente.

Para as empresas que pretendem manter-se no mercado é necessário ser competitiva e, para isso, investir em TI tornou-se obrigação, uma vez que a concorrência tem arriscado bastante para destacar-se, não deixando escolha por investir ou não na estrutura da organização e sem medir as consequências, com o intuito de não ficar inferior aos concorrentes, acabam por fazer investimentos que acabam não produzindo o retorno esperado. É o que ocorre na maioria dos casos, em que existem estimativas entre 2000 e 2002, cerca de US\$ 130 bilhões foram desperdiçados em aquisições de T.I (McAFEE,2004), pois a medida em que a aquisição dessas tecnologias se torna mais acessível, aumenta-se o risco de um investimento mal realizado por considerar que o tempo gasto em uma avaliação de retorno em determinada tecnologia possa ser tardio.

No que diz respeito às empresas de menor porte, dependendo da natureza do negócio o investimento em TI, ocorre principalmente nas funções operacionais e administrativas e não em atividades de estratégias e de tomada de decisões (FULLER, 1996; LIMA, 2007 – Apud Prates; Ospina. 2004), porém independente da função em que será aplicada, percebe-se que tanto as grandes organizações quanto as pequenas têm se tornado dependentes da T.I em boa parte de suas operações.

Atualmente podemos nos deparar com o avanço do setor tecnológico e que inúmeros empresários utilizam a tecnologia da informação como suporte ao negócio, demonstrando que esta tecnologia tem lugar no setor das empresas de pequeno porte oferecendo soluções de acordo com a necessidade do segmento. Nas pequenas organizações, a tecnologia da informação deve ser usada de acordo com os objetivos estratégicos, visando as suas necessidades atuais e futuras, uma prática que, no entanto, é limitada nestas empresas onde o futuro estratégico não é diagnosticado e conseqüentemente não planejado, no entanto o importante é não considerar o investimento em tecnologia como um gasto desnecessário e sim como um investimento o qual sendo bem aplicado pode elevar a empresa a outro nível, tornando-a mais eficiente e produtiva.

Como as pequenas organizações podem ser administradas ou dirigidas por uma única pessoa, cabe a este dirigente a percepção para delegar uma decisão como esta, de investir de modo que os resultados da utilização da tecnologia sejam positivos, e não permitir que alguns mitos impeçam esta decisão, pois o foco neste investimento deve estar nas vantagens que este

irá proporcionar, entre elas listamos algumas das principais vantagens para as pequenas empresas empregarem seus recursos em T.I:

- Automatizar tarefas específicas, que passam a ser realizadas em menos tempo, resultando na diminuição do custo, da monotonia de executar tarefas repetitivas, na melhora do processo produtivo, por focar as tarefas mais importantes, obtendo maior produtividade (ZIMMERER e SCARBOROUGH, 1994; GUIA DE TECNOLOGIA, 2003 – apud ALMEIDA MORAES; TERENCE; ESCRIVÃO FILHO) e aumento da competitividade (PRATES, SARAIVA e CAMINITI, 2003 – apud ALMEIDA MORAES; TERENCE; ESCRIVÃO FILHO);

- Auxiliar o gerente a testar algumas decisões antes de colocá-las em prática, propiciar a melhoria das informações para tomada de decisões, tornando-as mais acuradas, disponibilizar a informação em tempo oportuno e aprimorar o controle interno das operações e capacita o reconhecimento antecipado de problemas (ZIMMERER e SCARBOROUGH, 1994 – apud ALMEIDA MORAES; TERENCE; ESCRIVÃO FILHO);

- Possuir atendimento satisfatório ao cliente: decorrência de uma tecnologia bem aplicada, que, por satisfazer o cliente, pode torná-lo fiel, mesmo sem o uso de sistemas complexos de fidelização empregados em grandes empresas. Pode-se utilizar, de modo eficiente, uma tecnologia simples e acessível às micro e pequenas organizações como uma linha telefônica e um identificador de chamadas, que possibilita identificar o cliente e oferecer-lhe um atendimento personalizado (GUIA DE TECNOLOGIA, 2003; ZIMMERER e SCARBOROUGH, 1994 – apud ALMEIDA MORAES; TERENCE; ESCRIVÃO FILHO);

- Integrar o uso da tecnologia que pode proporcionar vendas maiores para clientes potenciais, talvez por levarem o processo de compra para portais que fazem transações eletrônicas entre empresas ou por meio de compras eletrônicas (GUIA DE TECNOLOGIA, 2003 – apud ALMEIDA MORAES; TERENCE; ESCRIVÃO FILHO);

- Utilizar a internet como uma ferramenta capaz de expandir mercados, essencial para a comunicação com parceiros de negócios e clientes, um recurso disponível às organizações de todos os portes, inclusive às micro e pequenas empresas (GUIA DE TECNOLOGIA, 2003; BERARDI, 2002 – apud ALMEIDA MORAES; TERENCE; ESCRIVÃO FILHO).

Após a implantação desta ferramenta, não significa que esta trará um retorno imediato, mas como mencionado no início o investimento na capacitação dos colaboradores e dirigentes que farão o uso desta ferramenta inibirá que estes usuários criem uma resistência, permitindo uma aceitação mútua que irá contribuir na busca por resultados.

2.6 Utilização da Ferramenta ERP como suporte ao SIC

Nos diversos estudos e consultas que podemos encontrar, não paira dúvidas sobre a importância da Contabilidade e a consequente utilidade do trabalho do Contador e principalmente das informações que este possui. Abordaremos a seguir os benefícios da utilização da ferramenta ERP como suporte de gerenciamento do SIC, o nível de qualidade de informações que esta ferramenta proporciona aos seus usuários, auxiliando na tomada de decisões e gestão empresarial.

Partindo pelo ERP que é um tipo de tecnologia de Informação que se popularizou nos últimos anos, utilizada de forma particular a cada empresa, esta ferramenta pode ser desenvolvida conforme as necessidades específicas de cada organização. É composto por módulos integrados por um banco de dados único e requer que os diversos setores operem de maneira integrada, sincronizada e colaborativa na operação e na solução de problemas, onde cada usuário depende dos demais para o bom funcionamento de seus recursos, sua qualidade de informações está no fato de que esta ferramenta é um sistema de informação que sincroniza, integra e controla em tempo real os processos de uma empresa (RICCIO, 2001), ou seja, toda informação inserida por cada departamento de uma organização é processada em tempo real por esta ferramenta possibilitando ao corpo administrativo da organização ter uma posição atual da empresa e utilizar esta informação para tomada de decisão. (RICCIO, 2001) afirma que os sistemas empresariais integrados pode contribuir para o melhor entendimento do papel, da utilidade e da atuação da contabilidade como instrumento de gestão, olhando para o fato de que os recursos desta ferramenta é projetada conforme as necessidades dos gestores, ela poderá elaborar relatórios interpretativos, transformando o sistema de informação contábil (SIC) de maneira clara e objetiva de forma que seu receptor utilize para tomadas de decisão.

O sistema de informação contábil, não é utilizado apenas para os processos de gestão de uma empresa, por ser conhecido como um conjunto de atividades que realiza as operações de coleta, processamento dos dados e emissão das informações ou relatórios contábeis, financeiros, gerenciais e estratégico (RICCIO 2001). Sua função pode ser destinada também ao fisco e a demais órgãos externos à empresa, seu conjunto de informações engloba toda a atividade da organização, tornando-se o principal instrumento do Contador para exercer sua função e estabelecer os padrões de controle contábil da empresa. Resumidamente considerando o fato de que o SIC é o sistema de informação que permite ao receptor entender

a sua organização de forma mais abrangente, podendo tomar ciência nos âmbitos interno e externo qual é a sua real situação, proporciona uma gestão com muito mais eficiência e eficácia aos seus usuários.

O fato principal da utilização da ferramenta ERP como suporte ao SIC é o conjunto de mudanças em suas operações, contudo essas mudanças afetam positivamente para um melhor resultado de informações, que reflete diretamente na redução do tempo hora perdido com processos e resultando em uma melhor qualidade das informações desejáveis dos usuários, descentralizando o SIC do profissional contábil para todos os usuários dos setores da organização que participam em conjunto na execução dos serviços pelas diversas áreas da empresa. Denotado que o SIC é fundamental para tomada de decisões e que a ferramenta ERP contribui para uma alta qualidade das informações, conclui-se que esta ferramenta prepara a empresa para o mercado tornando-a mais competitiva e capacitada para atingir os objetivos almejados pelos empreendedores.

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO

Este capítulo objetiva aplicar o estudo desenvolvido neste projeto em uma microempresa localizado na região de Marília. Pretende-se por meio do estudo de caso verificar os resultados alcançados quando utilizado o sistema de informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas que atuem no comércio varejista e prestação de serviço.

3.1 Estudo de Caso - Conceito

O estudo de caso é considerado uma iniciativa desafiadora das ciências sociais, o qual busca explorar, analisar e descrever o objeto do estudo, por meio da coleta e análise de dados sobre determinado caso a ser aprofundado.

De acordo com Yin (2010, 39) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga (...) um fenômeno da vida real em profundidade.”

Entretanto, dispomos de diversas metodologias para realização do estudo de caso, sendo:

- Exploratória: impõe critérios e técnicas para a construção de uma pesquisa, tendo como objetivo oferecer informação sobre o objeto da pesquisa;
- Descritiva: por meio da observação, coleta de dados, registro e análise das informações armazenadas busca recolher e analisar as informações do objeto da pesquisa descrevendo o estudo de caso;
- Explanatória: é a pesquisa detalhada que utiliza o registro, interpretação e identificação das causas do objeto da pesquisa, tem como objetivo construir ou desenvolver novas teorias;

O pesquisador da ciência social deve avaliar os métodos para realização do estudo de caso a fim de escolher o mais apropriado a linha de pesquisa adotado, desta forma, a investigação varia de acordo com o método de pesquisa escolhido, devendo avaliar de forma geral o campo de interesse e recolher os dados relevantes para análise da pesquisa em execução. Sendo permitido ainda, que o pesquisador escolha em realizar estudo de caso único, quando será aprofundado o estudo sobre determinado acontecimento ou contexto, ou múltiplo, quando estudado de forma aprofundada dois ou mais acontecimento ou contexto.

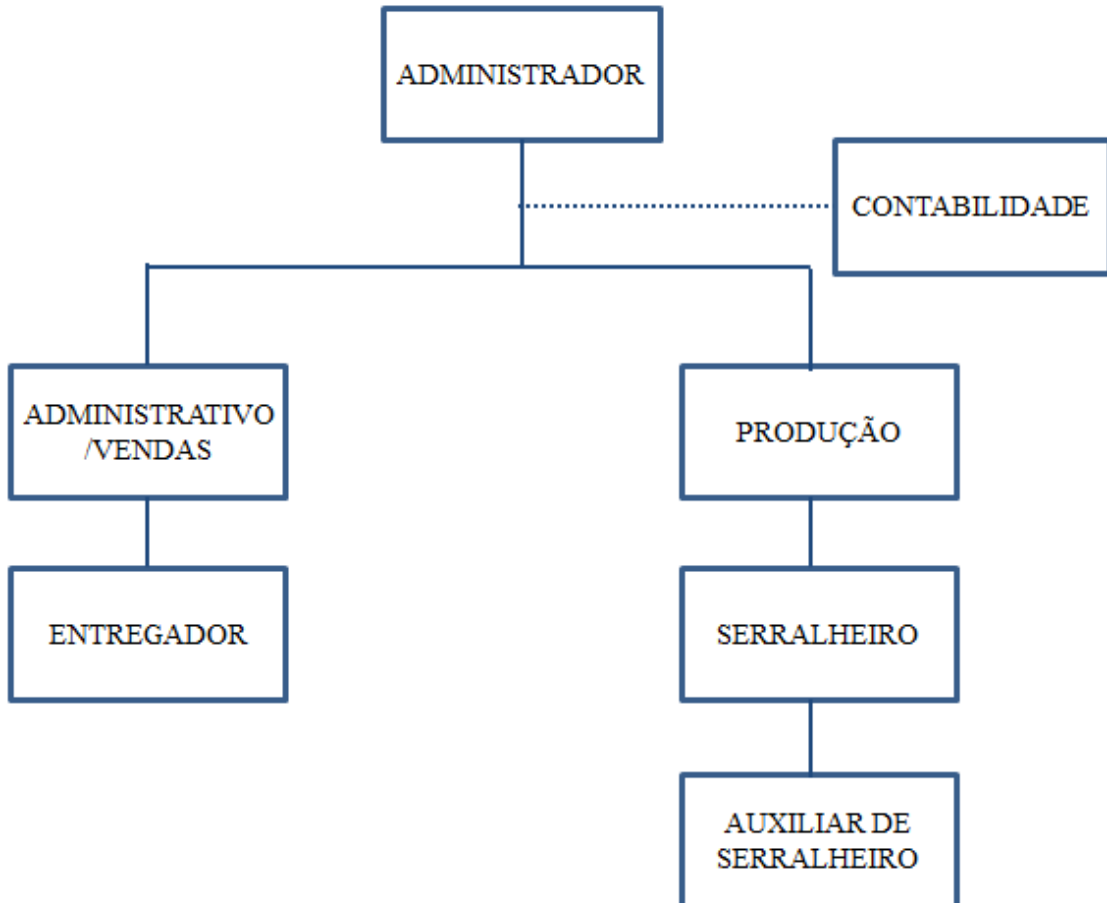
Neste projeto será realizado o estudo de caso pelo método descritivo por meio do estudo de caso único, conforme será demonstrado a seguir.

3.2 Descrição da Empresa

A empresa pesquisada atua em dois setores, o setor de serralheria e de materiais para construção, fundada em 1989, sua gestão é mantida como empresa familiar. Trata-se de uma

micro empresa com atualmente 05 (cinco) empregados e 01 (um) administrador, as tarefas empresarias são divididas conforme organograma:

Figura 3.1 - Organograma



Fonte: Os autores.

Sendo composta por um administrador, responsável pela empresa como um todo, um auxiliar de escritório responsável pelas atividades administrativas e de vendas, dois serralheiros encarregados pelo setor de produção, um auxiliar de serralheiro e um entregador.

O serviço contábil é terceirizado, o qual busca atender somente a demanda das obrigações acessórias.

A empresa pesquisada busca otimizar seus resultados por meio de uma boa gestão, aplicando sobre as atividades empresarias controles internos que permitirá o acompanhamento das operações e resultados alcançados, bem como evitará fraudes, erros e crises na empresa.

Desta forma, a empresa estará empenhando seus recursos para alcançar os objetivos já estipulados, conforme podemos ver a seguir por meio da missão, visão e valores da empresa pesquisada:

Missão: “Produzir e comercializar produtos e serviços de alta qualidade que promovam segurança e comodidade ao consumidor.”.

Visão: “Ser referência regional na prestação de serviços de serralheria e comercialização de materiais para construção.”.

Valores: “Comprometimento, inovação, clareza e responsabilidade social.”.

3.3 Abrangência da Pesquisa

A empresa pesquisada, por compreender a importância do sistema de informação para uma boa gestão, atualmente avalia propostas para implantação de um sistema ERP, portanto é mantido o controle por meio de anotações manuais e planilhas eletrônicas.

Com a futura implantação do sistema de informação será possível melhorar o acompanhamento das atividades empresariais e aperfeiçoar o controle interno adotado pela organização.

Ao dispor de um bom sistema de informação que integra todas as áreas da organização, o administrador acompanhará em tempo real o resultado das operações realizadas durante o desempenho das atividades empresariais, permitindo manter o foco no planejamento estratégico, minimizando o tempo gasto no desempenho das atividades operacionais do negócio.

Para melhor análise deste estudo de caso, será acompanhada as atividades empresarias por setor, sendo: compras, estoque, produção, venda/prestação de serviço, departamento pessoal e contábil/fiscal.

Gestão de Compras

Os controles internos devem auxiliar o setor de Compras em todas as etapas do processo, desde a requisição até a armazenagem do item.

As requisições devem ser relacionadas por cada setor e reunidas para a cotação de preços pelo responsável pelas compras. Após a escolha do fornecedor deve-se efetivar a compra.

O recebimento da mercadoria deve ser controlado, efetuando-se a verificação da nota fiscal e o lançamento da mesma no sistema.

Este controle é importante para fins gerenciais, na qual pode-se ter um controle eficiente da entrada de mercadorias no estoque.

Gestão de Estoque

É essencial um controle eficiente do setor de almoxarifado para uma gestão eficaz. Todas as entradas e saídas devem ser registradas para se mensurar o valor do estoque.

Os estoques podem ser divididos entre:

- Mercadorias para Revenda
- Matéria-Prima
- Produtos acabados
- Material de Consumo

Neste estudo, abordaremos o estoque de Mercadorias para Revenda, pelo Método PEPS – Primeiro que Entra, Primeiro que Sai.

Este método funciona de forma cronológica, ou seja, os primeiros produtos a chegarem serão os primeiros produtos a saírem.

Na empresa X, ocorreram as seguintes movimentações no mês:

Estoque Inicial: 20 produtos por 10,00

Compra: 10 produtos por 11,00

Venda: 15 produtos por 15,00

Venda: 10 produtos por 20,00

Quadro 3.1: Controle de Estoque pelo Método Peps

ENTRADAS			SAÍDAS			TOTAL		
Quant.	Unit.	Total	Quant.	Unit.	Total	Quant.	Unit.	Total
						20	10	200
10	11	110				20	10	200
						10	11	110
			15	15	225	5	10	50
						10	11	110
			10	20	200	5	11	55

Fonte: Os autores

Gestão de Produção

Para gestão da produção é utilizado exclusivamente planilhas eletrônicas, sendo controlado pelo setor administrativo/vendas. É iniciado pela ordem de serviço, após aprovação do orçamento pelo cliente, controlado o material utilizado e tempo demandado pelo colaborador, devido a cada ordem de serviço ser personalizada conforme solicitação do cliente.

Após conclusão da ordem de serviço, são apurados os custos com mão-de-obra e materiais utilizados, a fim de comparar com os custos estimados na realização do orçamento.

Havendo diferença de valores, o administrador, encarregado pela realização dos orçamentos de serviços, utilizará as informações obtidas como base para futuros orçamentos semelhantes, evitando assim eventuais prejuízos.

Gestão de Vendas/Prestação de Serviço

O controle de venda e prestação de serviço é controlado separadamente, sendo mantido um livro para cada.

O processo de venda é iniciado por meio da solicitação do cliente para pedido de orçamento ou diretamente pelo pedido de venda, o qual é realizado pessoalmente ou por telefone. O pedido/orçamento é realizado manualmente por meio de um talão de pedidos e controlado por meio do livro de vendas manual, posteriormente a venda é anotada na planilha eletrônica.

Após confirmação do pedido, é realizado a emissão da nota fiscal e entrega das mercadorias. Na entrega para confirmação do recebimento o cliente ou responsável deve assinar uma via do pedido, o qual será arquivado na empresa.

Para a prestação de serviço, é iniciado com o orçamento e apresentado ao cliente, com sua aprovação é iniciado a ordem de serviço. Esta será direcionada ao setor de produção para realização do serviço, que após sua conclusão é emitido a nota fiscal de serviço e realizada sua entrega ou retirada pelo cliente.

A forma de pagamento é estabelecida durante o pedido de venda/ordem de serviço, sendo determinado previamente por meio do cadastro do cliente que passou por autorização do administrador para liberação de crédito.

O controle de dividendos é unificado para vendas e prestação de serviços, sendo mantido um controle paralelo para cada um, a fim de acompanhar o recebimento para cada setor. O recebimento é realizado com pagamento a vista, dividido no cartão ou crediário, sendo este por meio de emissão de nota promissória e somente sobre aprovação do administrador conforme cadastro do cliente.

Quinzenalmente são apurados os clientes com parcela em aberto, para realização de cobrança no prazo adequado.

Gestão em Departamento Pessoal

Na empresa é realizado o controle do cartão de ponto dos colaboradores, o qual é realizado manualmente e enviado as informações ao profissional de contabilidade terceirizado, para apuração da folha de pagamento e recolhimento dos impostos devidos.

Gestão Contábil/Fiscal

Tendo como proposta analisar a empresa, solicitamos os demonstrativos contábeis e entrando em contato com o prestador de serviço contábil, informou que teria apenas o Balanço Patrimonial (BP) e Demonstrativo de Resultados (DRE) dos exercícios 2013 e 2014.

Para realizar uma análise de reconhecimento mais preciso da situação da empresa, foi necessário a elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) para o exercício de 2014, o qual foi elaborado utilizando o balanço patrimonial 2013 e 2014 e o demonstrativo de resultados 2014.

Quadro 3.2 – Balanço Patrimonial ATIVO da empresa pesquisada – exercício 2014

BALANÇO PATRIMONIAL		
EMPRESA ESTUDADA		
CNPJ/CPF: XX.XXX.XXX/0001-XX I.E.: XXX.XXX.XXX.XXX DEZEMBRO/2014 Folha: 0001		
ATIVO 2014		
1	ATIVO	621.211,05
1.01	ATIVO CIRCULANTE	453.774,16
1.01.01	DISPONIBILIDADES	13.751,77
1.01.01.01	CAIXA GERAL	13.751,77
1.01.01.01-0001	CAIXA GERAL	13.751,77
1.01.02	DIREITOS REALIZAVEIS A C P	261.416,18
1.01.02.07	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	1.311,64
1.01.02.07-0002	ADIANTAMENTO DE FERIAS	1.311,64
1.01.02.17	DUPLICATAS A RECEBER	260.104,54
1.01.02.17-0001	CLIENTES DIVERSOS	214.220,90
1.01.02.17-0005	CARTOES DIVERSOS	45.883,64
1.01.03	ESTOQUES	178.606,21
1.01.03.01	ESTOQUES DE MERCADORIAS	178.606,21
1.01.03.01-0001	MERCADORIAS TRIBUTADAS	178.606,21
1.04	ATIVO NAO CIRCULANTE	167.436,89
1.04.03	IMOBILIZADO	165.061,89
1.04.03.01	BENS E DIREITOS EM USO	180.961,70
1.04.03.01-0001	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13.579,70
1.04.03.01-0002	MOVEIS E UTENSILIOS	2.182,00
1.04.03.01-0005	VEICULOS DE PASSAGEIROS	89.200,00
1.04.03.01-0007	VEICULOS DE CARGA	76.000,00
1.04.03.05	(-)DEPRECIACOES ACUMULADAS	-15.899,81
1.04.03.05-0001	(-)MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-9.061,81
1.04.03.05-0005	(-)VEICULOS DE PASSAGEIROS	-6.838,00
1.04.04	INTANGIVEL	2.375,00
1.04.04.01	INVESTIMENTOS	2.375,00
1.04.04.01-0001	MARCAS E PATENTES	2.375,00

Fonte: Os autores.

Quadro 3.3 – Balanço Patrimonial PASSIVO da empresa pesquisada – exercício 2014

BALANÇO PATRIMONIAL		
EMPRESA ESTUDADA		
CNPJ/CPF: XX.XXX.XXX/0001-XX I.E.: XXX.XXX.XXX.XXX DEZEMBRO/2014 Folha: 0001		
PASSIVO 2014		
2	PASSIVO	621.211,05
2.01	PASSIVO CIRCULANTE	140.520,46
2.01.01	FORNECEDORES	22.365,48
2.01.01.99	FORNECEDORES (ESCRITA FISCAL)	22.365,48
2.01.02	ADIANT/ FINANC	99.495,53
2.01.02.03	FINANCIAMENTOS BANCARIOS	74.253,98
2.01.02.03-0002	BCO BRADESCO - CAPITAL DE GIRO	8.734,02
2.01.02.03-0014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	64.921,97
2.01.02.03-0036	BANCO DO BRASIL GIRO RAPIDO	597,99
2.01.02.03-0009	BANCO DO BRASIL GIRO FLEX	
2.01.02.08	BANCOS - C/C	25.241,55
2.01.02.08-0001	BRADESCO S/A - C\C	8.484,43
2.01.02.08-0002	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - C\C	10.105,57
2.01.02.08-0003	BANCO DO BRASIL S/A - C\C	6.651,55
2.01.03	OBRIGACOES TRABALHISTAS	8.452,19
2.01.03.01	FOLHA DE PAGTO DE EMPREGADOS	3.746,38
2.01.03.01-0001	SALARIOS A PAGAR	3.746,38
2.01.03.01-0002	RESCISÕES A PAGAR	
2.01.03.02	FOLHA DE PAGTO DE AUTONOMOS	640,8
2.01.03.02-0001	RENDIMENTOS A PAGAR	640,8
2.01.03.03	FOLHA DE PAGTO DE DIRIGENTES	1.335,00
2.01.03.03-0001	PRO-LABORE A PAGAR	1.335,00
2.01.03.04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.730,01
2.01.03.04-0001	FGTS A RECOLHER	1.103,41
2.01.03.04-0002	CONTR. PREV. SEGURAD. A RECOLHER	1.178,84
2.01.03.04-0004	CONTR. SINDIC. EMPREG. A RECOLHER	210,46
2.01.03.04-0005	CONTR. ASSIST. EMPREG. A RECOLHER	71,2
2.01.03.04-0006	CONTR. CONFED. EMPREG. A RECOLHER	166,1
2.01.04	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	10.207,26
2.01.04.03	TRIBUTOS S/RECEITAS	10.207,26
2.01.04.03-0001	ICMS A RECOLHER	104,04
2.01.04.03-0009	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10.103,22
2.06	PATRIMONIO LIQUIDO	480.690,59
2.06.01	CAPITAL SOCIAL	8.000,00
2.06.01.01	CAPITAL SOCIAL	8.000,00
2.06.01.01-0001	CAPITAL SOCIAL	8.000,00
2.06.04	RESERVAS DE LUCROS	472.690,59
2.06.04.01	RESERVAS DE LUCROS	472.690,59
2.06.04.01-0001	RESERVAS DE LUCRO	472.690,59
2.06.10	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2.06.10.01	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	
2.06.10.01-0001	LUCROS ACUMULADOS	

Fonte: Os autores.

Quadro 3.4 – Parte 1 - DRE da empresa pesquisada – exercício 2014

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO			
EMPRESA ESTUDADA			
CNPJ/CPF: XX.XXX.XXX/0001-XX I.E.: XXX.XXX.XXX.XXX DEZEMBRO/2014 Folha: 0001			
9.01	RECEITA BRUTA OPERACIONAL	685.068,54	100,00%
9.01.01	RECEITA BRUTA VENDA E SERVICO	685.068,54	
9.01.01.01	REVENDA DE MERCADORIAS	685.068,54	
9.01.01.01-0001	MERCADORIAS TRIBUTADAS	685.068,54	
9.02	DEDUCAO DAS RECEITAS	-29.173,09	4,26%
9.02.01	DEDUCAO DAS RECEITAS C/VENDAS	-29.173,09	
9.02.01.01	DEVOLUCAO DE VENDAS	-2.697,09	
9.02.01.01-0001	DEVOLUCAO DE VENDAS	-2.697,09	
9.02.01.03	TRIBUTOS S/VENDAS E SERVICOS	-26.476,00	
9.02.01.03-0001	ICMS S/VENDA	-17.605,19	
9.02.01.03-0005	PIS S/FATURAMENTO	-1.705,92	
9.02.01.03-0006	COFINS S/FATURAMENTO	-7.164,89	
=	RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	655.895,45	95,74%
9.03	CUSTOS GERAIS	-220.351,41	32,16%
9.03.01	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-220.351,41	
9.03.01.01	APURACAO DE MERCADORIAS	-220.351,41	
9.03.01.01-0001	(+)EST	-294.443,74	
9.03.01.01-0004	(-)EST	178.606,21	
9.03.01.01-0007	(+)COMPRA MERC	-92.917,09	
9.03.01.01-0008	(+)COMPRA MERC	-10.467,31	
9.03.01.01-0018	(+)FRETES E CARRETOS	-60,85	
9.03.01.01-0024	(+)ICMS DIFERENCIAL ALIQUOTA	-1.068,63	
=	LUCRO BRUTO	435.544,04	63,58%
9.05	DESP	-411.082,25	60,01%
9.05.01	DESPESAS TRABALHISTAS	-198.140,84	
9.05.01.01	DESPESAS TRABALHISTAS	-206.322,86	
9.05.01.01-0001	PRO-LABORE	-18.000,00	
9.05.01.01-0002	SALARIOS E ORDENADOS	-102.809,93	
9.05.01.01-0003	FERIAS	-8.367,23	
9.05.01.01-0004	FERIAS INDENIZADAS	-373,3	
9.05.01.01-0006	13° SALARIO	-8.226,59	
9.05.01.01-0011	CONTR	-20.607,62	
9.05.01.01-0013	FGTS	-10.479,46	
9.05.01.01-0015	HORAS EXTRAS	-3.663,62	
9.05.01.01-0019	EXAMES MEDICOS OCUPACIONAL	-636	
9.05.01.01-0024	VALE TRANSPORTE	-3.727,70	
9.05.01.01-0033	FGTS MULTA	-7.529,35	
9.05.01.01-0042	QUEBRA DE CAIXA	-1.069,20	
9.05.01.01-0043	DIA DO COMERCARIO	-525,18	
9.05.01.01-0047	SALARIO MATERNIDADE	480	
9.05.01.01-0057	DIFERENCA DE SALARIO	-71,1	
9.05.01.01-0063	AVISO PREVIO INDENIZADO	-4.222,74	
9.05.01.01-0068	13° SALARIO RESCISAO	-3.109,87	
9.05.01.01-0069	1/3 DE FERIAS	-2.838,49	
9.05.01.01-0072	1/3 FERIAS RESCISAO	-1.225,66	
9.05.01.01-0073	FERIAS PROPORCIONAIS RESCISAO	-3.676,97	
9.05.01.01-0074	INDENIZACAO POR TEMPO SERVICO	-296,53	
9.05.01.01-0098	PLANO DE SAUDE	-3.802,32	
9.05.01.01-0101	PLANO ODONTOLOGICO	-1.502,94	
9.05.01.01-0102	AUXILIO DOENCA-EMPRESA	-41,06	
9.05.01.02	(-)CONTAS RETIFICADORAS	8.182,02	
9.05.01.02-0002	(-)FALTAS INJUSTIFICADAS	106,14	
9.05.01.02-0004	(-)VALE TRANSPORTE	2.806,32	
9.05.01.02-0013	(-)PLANO ODONTOLOGICO	1.279,28	
9.05.01.02-0015	(-)FALTAS D	69,8	
9.05.01.02-0017	(-) PLANO DE SAUDE	3.920,48	

Fonte: Os autores.

Quadro 3.5 – Parte 2 - DRE da empresa pesquisada – exercício 2014

9.05.02	DESPESA ADMINISTRATIVA GERAL	-178.745,34	
9.05.02.01	DESPESAS TRABALHISTAS GERAIS	-178.745,34	
9.05.02.01-0002	ENERGIA ELETRICA	-6.935,45	
9.05.02.01-0003	TELEFONES	-2.218,19	
9.05.02.01-0004	AGUA E ESGOTO	-364,58	
9.05.02.01-0017	DEPRECIACOES	-2.026,17	
9.05.02.01-0020	EXAMES MEDICOS OCUPACIONAIS	-525	
9.05.02.01-0028	DESPESAS COM ASSOCIACOES	-2.231,12	
9.05.02.01-0030	DESPESAS COM SEGUROS	-794,72	
9.05.02.01-0041	HONORARIOS CONTABEIS	-8.600,00	
9.05.02.01-0043	SERVICOS PRESTADOS P/TERCEIROS	-108,5	
9.05.02.01-0044	DESPESAS HOSPEDAGEM SITE	-60	
9.05.02.01-0046	DESPESAS C/LICENCA AUTORAL	-445,24	
9.05.02.01-0050	DESPESAS C/ANUNCIOS PROPAGANDA	-15.015,75	
9.05.02.01-0051	MANUTENCAO SISTEMAS/PROGRAMAS	-4.321,00	
9.05.02.01-0060	SERVICOS PRESTADOS P/TERCEIROS DE COBRANCA/CONSULTA	-350,47	
9.05.02.01-0077	CERTIFICACAO DIGITAL	-245	
9.05.02.01-0078	DESPESAS C/ IMPRESSOS GRAFICOS	-3.009,35	
9.05.02.01-0086	TAXA DE BOLETO	-1,71	
9.05.02.01-0105	ALUGUEIS	-7.473,88	
9.05.02.01-0110	FRETES E CARRETOS	-119,31	
9.05.02.01-0113	SERVICOS DE COMUNICACAO	-4.000,00	
9.05.02.01-0114	PLANO DE SAUDE	-1.111,55	
9.05.02.01-0116	ALUGUEIS FAZENDA	-110.469,00	
9.05.02.01-0120	REMUNERACAO AUTONOMOS	-8.312,00	
9.05.02.01-0124	TAXAS DIVERSAS	-7,35	
9.05.03	DESPESAS FINANCEIRAS	-33.023,43	
9.05.03.01	DESPESAS FINANCEIRAS	-33.023,43	
9.05.03.01-0003	JUROS FINANCEIRO	-1,71	
9.05.03.01-0005	JUROS S/FINANC E EMPREST	-4.197,03	
9.05.03.01-0006	JUROS E MULTAS S/ IMPOSTOS	-25,67	
9.05.03.01-0007	DESPESAS BANCARIAS	-13.990,46	
9.05.03.01-0008	DESPESAS DIVERSAS	-7,35	
9.05.03.01-0022	IOF	-1.589,53	
9.05.03.01-0024	JUROS S/EXCESSO DE LIMITE	-13.211,68	
9.05.04	DESPESAS TRIBUTARIAS	-1.172,64	
9.05.04.01	DESPESAS TRIBUTARIAS	-1.172,64	
9.05.04.01-0003	IPVA	-171,87	
9.05.04.01-0007	IPTU	-44,74	
9.05.04.01-0012	CONTRIBUICAO SINDICAL PATRONAL	-520,98	
9.05.04.01-0021	TAXA DE SERVICOS DE BOMBEIROS	-12,31	
9.05.04.01-0029	ICMS	-15,38	
9.05.04.01-0034	ALVARA DE FUNCIONAMENTO	-407,36	
9.06	RECEITAS DIVERSAS OPERACIONAIS	1,46	0,00%
9.06.01	RECEITAS FINANCEIRAS	1,46	
9.06.01.03	JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1,46	
9.06.01.03-0002	DESCONTOS OBTIDOS	1,46	
9.07	DESPESAS OPERACIONAIS	-697,97	0,10%
9.07.01	DESPESAS DIVERSAS	-697,97	
9.07.01.02	DESPESAS INDEDUTIVEIS	-697,97	
9.07.01.02-0014	MULTAS DE TRANSITO	-697,97	
=	LUCRO OU PREJUIZO OPERACIONAL	23.765,28	3,47%

Fonte: Os autores.

Quadro 3.6 – Parte 3 - DRE da empresa pesquisada – exercício 2014

9.09	OUTRAS DESPESAS	-68,1	0,01%
9.09.01	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-68,1	
9.09.01.01	PERDAS	-68,1	
9.09.01.01-0004	MULTAS DE TRANSITO	-68,1	
=	RESULTADO DO EXERCICIO ANTES DA CONTRIBUICAO SOCIAL E DO IMPOSTO	23.697,18	3,46%
9.11	PROVISAO DE TRIBUTOS	-4.776,56	0,70%
9.11.01	PROVISAO DE TRIBUTOS	-4.776,56	
9.11.01.01	PROVISAO DE IMPOSTOS	-2.388,28	
9.11.01.01-0003	PROV	-2.388,28	
9.11.01.02	PROVISAO DE CONTRIBUIÇÕES	-2.388,28	
9.11.01.02-0003	PROV	-2.388,28	
=	LUCRO OU PREJUIZO LIQUIDO DO EXERCICIO	18.920,62	2,76%

Fonte: Os autores.

Quadro 3.7 – DFC da empresa pesquisada – exercício 2014

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)		
EMPRESA ESTUDADA		
CNPJ/CPF: XX.XXX.XXX/0001-XX I.E.: XXX.XXX.XXX.XXX DEZEMBRO/2014		
FLUXO DE CAIXA PELO METODO INDIRETOR		
Classificação	Atividades	Valor
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
O	Lucro Líquido	18.920,62
O	Depreciação	2.026,17
A	Fornecedores	- 20.242,93
A	Tributos e Contribuições	- 3.559,45
A	Recebíveis	- 17.279,55
O	Estoques	115.837,53
A	Adiantamentos	1.059,19
A	Folha de Pagto	- 5.057,05
Saldo Operacional =		91.704,53
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	Imobilizado	-
	Intagível	-
Saldo Investimento =		-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
A	Pagamentos de Empréstimos	- 32.131,51
O	Empréstimos Bancários	11.492,27
A	Dividendos	- 80.000,00
	Capital Social	-
Saldo Financiamentos =		- 100.639,24
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	Entradas/Saídas operacionais	91.704,53
	Entradas/Saídas de Investimentos	-
	Entradas/Saídas de Financiamentos	- 100.639,24
FINAL DO PERIODO =		- 8.934,71

Fonte: Os autores.

Tendo demonstrativos, partimos para as análises por meio dos índices de liquidez, endividamento, solvência, estrutura, rentabilidade, rotatividade, ciclos operacional e financeiro e capacidade de caixa, que conforme demonstrado abaixo, apresentou os seguintes resultados e interpretações.

Nos índices de Liquidez chegamos às conclusões de:

Quadro 3.8 – Análise das demonstrações contábeis – Liquidez

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						
EMPRESA ESTUDADA						
CNPJ/CPF: XX.XXX.XXX/0001-XX I.E.: XXX.XXX.XXX.XXX DEZEMBRO/2014 Folha: 0001						
	LIQUIDEZ					
				AC		
	Liquidez Corrente	LC	=	-----		3,2292
	<i>quanto maior melhor</i>			PC		
				AC - Estoques		
	Liquidez Seca	LS	=	-----		1,9582
	<i>quanto maior melhor</i>			PC		
				AC + RLP		
	Liquidez Geral	LG	=	-----		3,2292
	<i>quanto maior melhor</i>			PC + ELP		
				Disponib+Bco+Aplic.		
	Liquidez Imediata	LI	=	-----		0,0979
	<i>quanto maior melhor</i>			PC		

Fonte: Os autores.

Liquidez Corrente = 3,23 – significa que para cada R\$1,00 de dívida do seu passivo circulante a empresa tem uma capacidade de R\$3,23, demonstrando ser um resultado positivo.

Liquidez Seca = 1,96 – significa que para cada R\$1,00 de dívida do seu passivo circulante a empresa possui uma capacidade de R\$1,96, demonstra que de seus direitos disponíveis e recebíveis, ainda sim teria a capacidade de saldar suas obrigações.

Liquidez Geral = 3,23 – como nos demonstrativos não apresenta operações de longo prazo o resultado é igual o da liquidez corrente.

Liquidez Imediata = 0,1 – indica que a capacidade imediata da empresa não seria o suficiente para saldar suas obrigações.

Conclui-se que esta empresa está dependente de seus recebíveis e estoque para se manter no mercado, demonstrando um acúmulo de estoque e um risco no contas a receber, devendo os gestores atentar-se para resolução destes problemas.

O índice de endividamento, demonstra a seguinte situação:

Quadro 3.9 – Análise das demonstrações contábeis - Endividamento

ENDIVIDAMENTO					
				PC + ELP	
Grau de Endividamento:	GE	=	-----	x 100	22,62%
<i>quanto menor melhor</i>				ATIVO	

Fonte: Os autores.

Grau de endividamento = 22,62% - demonstra que 22,62% dos recursos investidos no negócio da empresa são de capital de terceiros, demonstrando que a empresa pesquisada não depende tanto do capital de terceiros.

O índice de solvência, demonstra a seguinte situação:

Quadro 3.10 – Análise das demonstrações contábeis - Solvência

SOLVENCIA					
				ATIVO	
Grau de Solvencia:	GS	=	-----	x 100	442%
<i>quanto maior melhor</i>				PC + ELP	

Fonte: Os autores.

Grau de solvência = 442% - este índice comprova os resultados dos índices de liquidez demonstrando que a empresa tem a capacidade de saldar suas obrigações com seus bens e direitos, porém como já informado na conclusão do índice de liquidez, os recebíveis e estoque representam a maior parte de sua capacidade.

Os índices de estrutura, demonstram a seguinte situação:

Quadro 3.11 – Análise das demonstrações contábeis - Estrutura

ESTRUTURA					
Participação de Cap. De Terceiros	PCT	=	-----	x 100	29%
<i>quanto menor melhor</i>				PL	
Dependencia Bancaria	DB	=	-----	x 100	21%
<i>quanto menor melhor</i>				PL	
Imobilizado de Patrimonio Liquido	IPL	=	-----	x 100	35%
<i>quanto menor melhor</i>				PL	

Fonte: Os autores.

Participação de capital de terceiros = 29% - demonstra que apenas 29% de seus recursos para investimento no negócio são de capital de terceiros e que 71% são recursos de capital próprio, demonstrando ter uma ótima capacidade para investimento.

Dependência bancária = 21% - dando sequencia nos índices de estrutura, este resultado demonstra que dos 29% de recursos de terceiros 21% são de instituições financeiras.

Imobilização de capital próprio = 35% - demonstra que 35% do ativo permanente (imobilizados) foram de recursos de capital próprio.

Os índices de rentabilidade, demonstram a seguinte situação:

Quadro 3.12 – Análise das demonstrações contábeis – Rentabilidade

RENTABILIDADE					
				Vendas Líquidas	
Giro do Ativo	GA	=	-----		1,06
<i>quanto maior melhor</i>				Ativo Total	
				Lucro Líquido	
Retorno Sobre o Ativo	RSA	=	-----	x 100	3,05%
<i>quanto maior melhor</i>				Ativo Total	
				Lucro Líquido	
Retorno sobre o PL	RSPL	=	-----	x 100	3,94%
<i>quanto maior melhor</i>				Patrimônio Líquido	
				Lucro Líquido	
Margem Líquida	ML	=	-----	x 100	2,88%
<i>quanto maior melhor</i>				Vendas Líquidas	

Fonte: Os autores.

Giro do ativo = 1,06 – o giro do ativo mede o volume de vendas da empresa em relação ao capital investido.

Retorno sobre o ativo = 3,05% - demonstra que para cada R\$1,00 de investimento a empresa tem um retorno líquido de 3,05%. Este resultado analisado pela perspectiva de mercado, ou seja, analisar seus concorrentes, terá uma posição melhor da capacidade da empresa em obter retorno sobre os investimentos.

Retorno sobre o PL = 3,94% - demonstra quanto a empresa obtém de lucro líquido para cada R\$ 1,00 de recursos próprios.

Margem Líquida = 2,88% - capacidade da empresa em transformar receitas em lucro líquido.

Os índices de rotatividade, demonstram a seguinte situação:

Quadro 3.13 – Análise das demonstrações contábeis - Rotatividade

ROTATIVIDADE					
			Estoque Médio		
Renovação de estoque		PMRE	= -----	x 360	386
			CPV		
			Dupl. Receber Média		
Recebimento de Vendas		PMRV	= -----	x 360	138
			Receita Op. Líquida		
			Fornecedor Médio		
Pagamento de Compras		PMPC	= -----	x 360	112
			Compras		

Fonte: Os autores.

Prazo médio de renovação de estoque = 386 dias – demonstra que a empresa tem um prazo muito elevado para renovação de estoques, passando do prazo de 1 ano, que seria igual a 360 dias.

Prazo médio de recebimento de vendas = 138 dias – demonstra que após uma operação de venda a empresa leva em média 138 dias para recebe-la.

Prazo médio de pagamento de compras = 112 dias – demonstra que após a compra de mercadorias a empresa leva em média 112 dias para pagar o seu fornecedor.

Com base nos resultados dos índices de rotatividade, apresentou-se o seguinte ciclo operacional e financeiro:

Quadro 3.14 – Análise das demonstrações contábeis - Ciclo Operacional

CICLO OPERACIONAL = PMRE + PMRV	524			
--	------------	--	--	--

Fonte: Os autores.

Ciclo operacional = 524 dias – demonstra que desde a compra de mercadoria até o recebimento desta mercadoria quando vendida, tem um ciclo de 524 dias para concluir a operação.

Quadro 3.15 – Análise das demonstrações contábeis – Ciclo Financeiro

CICLO FINANCEIRO	= CO - PMPC	413			
-------------------------	-------------	------------	--	--	--

Fonte: Os autores.

Ciclo financeiro = 413 dias – demonstra o tempo decorrido entre o pagamento da mercadoria até o recebimento da venda da mesma mercadoria.

Os índices de capacidade de caixa, demonstram a seguinte situação:

Quadro 3.16 – Análise das demonstrações contábeis – Capacidade gerar caixa.

INDICADORES			
Índice	Sigla	Formula	Resultado
capacidade da Geração de Caixa	GC	$\frac{\text{Fluxo de caixa Operacional}}{\text{Receitas Líquidas}}$	0,14
Capacidade do Ativo Operacional de C.P em Gerar Caixa	AGC	$\frac{\text{Fluxo de caixa Operacional}}{\text{Ativo Operacional CP}}$	1,11
Capacidade do P.L de gerar Caixa	PLGC	$\frac{\text{Fluxo de caixa Operacional}}{\text{PL Final}}$	0,19
Capacidade de pagamento das dívidas de Curto Prazo	PCP	$\frac{\text{Fluxo de caixa Operacional}}{\text{Dívidas totais}}$	0,65

Fonte: Os autores.

Capacidade de gerar caixa = 0,14 – resultado da capacidade das vendas gerar caixa.

Capacidade do ativo operacional de C.P de gerar caixa = 1,11 – indica a capacidade do ativo da empresa gerar caixa.

Capacidade do Patrimônio Líquido de gerar caixa = 0,19 – indica a capacidade do patrimônio líquido em gerar caixa para empresa.

Capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo = 0,65 – indica a capacidade do caixa operacional em saldar as dívidas de curto prazo.

Análise Conclusiva dos Resultados

Interpretando os índices dos resultados obtidos em cada análise, entende-se que a empresa apresenta resultados incoerentes da sua verdadeira situação no mercado. Observa-se que estes demonstrativos não são informações reais e estão em desacordo da verdadeira situação da empresa no mercado, não oferecendo nenhuma base de informações para utilização na tomada de decisões e gestão da empresa. Isto é o que acontece na maioria das empresas de pequeno porte, que por não estarem capacitadas para a utilização das informações contábeis, acabam por não dar a devida importância às informações.

Para esta empresa pesquisada foi apresentado a proposta da implantação de um sistema de informação ERP e capacitação para a utilização das informações contábeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados obtidos do estudo de caso realizado e das informações adquiridas no processo de pesquisa bibliográfica, podemos concluir que a implantação de um sistema de informação contábil é de extrema importância na gestão eficaz de uma empresa.

Atualmente, com o surgimento de novas tecnologias, a concorrência acirrada e a disputa de espaço no mercado, faz com que as empresas necessitem de respostas imediatas e informações seguras em tempo real, que podem ser obtidas por meio de um sistema de informação.

Para conseguir atender às demandas do mercado cada vez mais exigente, as empresas buscam se destacar para se manter competitivas na sua área de atuação. O sistema de informação permite o acompanhamento das rotinas econômico-financeiras, gerando informações confiáveis que podem proporcionar um grande diferencial à empresa.

O sistema de informação automatiza os processos, integra todos os setores da empresa, reduz custos e tempo perdido nas atividades rotineiras e por fim, permite o monitoramento do desempenho da empresa como um todo, permitindo o aperfeiçoamento do seu planejamento estratégico.

A empresa deve estar atenta às mudanças constantes sofridas no mercado que está inserido e procurar adequar-se a ele com o auxílio de uma poderosa ferramenta: a informação contábil. A empresa que souber aplicar da melhor forma as informações geradas pela contabilidade na solução de problemas e previsão de eventos futuros que possam atingi-la negativamente, conseguirão vantagem competitiva no seu segmento.

Mesmo na condição de micro ou pequena empresa, na qual a maioria dispensa um gerenciamento de informação completo e seus gestores geralmente não são capacitados suficientemente para compreender e utilizar as informações contábeis, é importante um sistema de informação que ofereça suporte e que otimize os resultados do negócio.

É necessário que as micro e pequenas empresas utilizem a contabilidade não somente para fins fiscais e obrigações acessórias exigidas pelo governo -como acontece na maioria dos casos - mas que saibam aproveitar e interpretar as informações contábeis, servindo de base na tomada de decisões, e conseqüentemente, na eficácia da gestão empresarial.

Além disso, as empresas necessitam de um sistema de informação que forneça informações coerentes com a realidade e que possam de fato auxiliar no processo decisório,

contribuindo para que a empresa alcance seus objetivos, evitando uma possível visão distorcida da empresa. É essencial que a contabilidade demonstre a real situação da empresa.

O profissional da contabilidade passa a ter um papel de extrema importância na gestão, sendo o fornecedor de informações úteis à administração. O profissional que reúne uma visão estratégica e mais completa da empresa.

Diante do exposto, podemos afirmar que o sistema de informação contábil tem um papel relevante na gestão de uma empresa, sendo esta de pequeno ou grande porte, gerando informações seguras e ágeis que influenciam nos setores de contabilidade, financeiro e administrativo no geral, interferindo nos rumos e decisões tomadas pela empresa.

REFERÊNCIAS

____. Visão prospectiva do papel do contador no auxílio a gestão. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/27/visao_prospectiva_do_papel_do_contador.pdf>. Acesso em: 04 de jul. de 2015.

ATKINSON, Anthony A., BANKER, Rajiv D., KAPLAN, Robert S., YOUNG, S. Mark. **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Gisele D. de Almeida; TERENCE, Ana C. F.; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. A tecnologia da informação como suporte à gestão estratégica da informação na pequena empresa. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, n. 1, p. 27-43, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jistm/v1n1/03.pdf>> Acesso em 12 jun. 2015.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia de informação para o gerenciamento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Resolução CFC 750**, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaoafc774.htm>> Acesso em 4 nov. 2015.

BRASIL. **Resolução CFC 1.055**, de 07 de outubro de 2005. Cria o comitê de pronunciamentos contábeis e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>> Acesso em 4 nov. 2015.

BRASIL. **Resolução CFC 1.282**, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os princípios fundamentais da contabilidade. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaoafc1282_2010.htm> Acesso em 4 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em 4 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em 4 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 11.941**, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm> Acesso em 4 nov. 2015.

BRISOLA, Josué. Uma contribuição ao estudo do controle aplicado às organizações. Dissertação (Mestrado) – FEA. São Paulo: USP, 1990.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Controles de gestão: controladoria financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 1993.

CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade & ecologia: uma exigência que se impõe. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n.75, p.20-25, abr./jul. 1991.

CATELLI, Armando. (Coordenador). **Controladoria: Uma Abordagem da Gestão Econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09: Demonstração do valor adicionado**. [S.l.: s.n., 2008.]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>> Acesso em 4 nov. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis**. [S.l.: s.n., 2008.]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> Acesso em 4 nov. 2015.

HERRMANN JR., Frederico. **Contabilidade superior**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: Uma Abordagem Prática: Matemática Financeira Aplicada, Estratégias Financeiras, Análise, Planejamento e Controle Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999.

HORN, ClaudemirLuiz et al. **Capacitação tecnológica e competitividade: um estudo sobre a Copacol**. Revista de estudos sociais – ano 6, volume 11, número 1 e 2/2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio., MARION, José Carlos., FARIA, Ana Cristina. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KASSAI, Silvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. Cad. estud. no.15 São Paulo Jan./June 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511997000100004&script=sci_arttext#nt11>. Acesso em 7 ago. 2015.

KRAEMER, Maria Elizabete Pereira. **Mudanças no perfil do profissional contábil no Mercosul**. Revista Brasileira de Contabilidade, n.123. maio, 2000.

LAMB DEN. John. TARGETT, David. **Finanças para o Pequeno Empresário - Os Fundamentos do Lucro e da Eficácia na Micro e Pequena Empresa**. Tradução de: Ymaly Salem Chamas. São Paulo: B. Seller. 1990

LAUDON, K. C.; LAUDON J. P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LODI, João Bosco. **História da administração**. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

LUNARDI, Guilherme L;DOLCI, Pietro C;MAÇADA, Antônio C G. **Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas**. São Paulo, v.45, n.1, p.05-17, 2010.

McAFEE, A. **Do you have too much IT? MIT Sloan Management Review**, USA, v.45, n.3, p.18-22, Apr. 2004.

MOLIGA, Marcos. **A nova visão contábil após a Lei 11.638/2007**. Contábeis [S.l.], 2012. Disponível em: < <http://www.contabeis.com.br/artigos/790/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-116382007/>>. Acesso em 10 ago. 2015.

NABAIS, C. **Dicionário de Economia ESF**. Disponível em: < <http://www.esfgabinete.com/dicionario>> Acesso em: 28 abr. 2015.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet**. Tradução Célio Knipel Moreira e Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Djalma P. Rebouças. **Sistemas de Informações Gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 1. ed. Curitiba: Iesde Brasil, 2012.

PRATES, Gláucia A.; OSPINA, Marco Túlio. **Tecnologia da informação em pequenas empresas: fatores de êxito, restrições e benefícios**. Rev. Adm. Contemp. Vol.8 no.2 Curitiba Apr./june 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jun. 2015.

PEREIRA, Carlos Alberto. Estudo de um modelo conceitual de avaliação de desempenhos para gestão econômica. Dissertação (Mestrado) – FEA. São Paulo: USP, 1993.

REBELLO. **Administração de Sistemas de Informação**. [S.l.: s.n., 2004.]. Disponível em:<<http://monografias.brasile scola.com/administracao-financas/sistema-nformacao-como-fator-sobrevivencia-das-mpes.htm>>. Acesso em: 31 maio 2015.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RICCIO, Edson Luiz. **EFEITOS DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA CONTABILIDADE** ;Estudo de caso de Implementação de Sistemas Empresariais Integrados – ERP. Faculdade de economia, administração e contabilidade; Universidade de São Paulo. São Paulo 2001.

RINALDI, Fernando César. **ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. p. 19. 2015

SEBRAE. **MPE Indicadores**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/itonet/apresentacao-mpe-indicadores2013>>. Acesso em: 04 out. 2015.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil>>. Acesso em: 04 out. 2015.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de Sistemas de Informação**. Tradução HarueAvritscher. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

STAMFORD, P. P. **ERPs:** prepare-se para esta mudança. Artigo publicado pela KMPress. Disponível em:<<http://www.kmpress.com.br/00set02.htm>>. Acesso em: 13 set. 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.